

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Amanda dos Passos Rafael

**A SITUAÇÃO DE DESIGUALDADE DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO ENTRE 2016-2019 À LUZ DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA,  
MARXISTA E FEMINISTA: TRÊS PARADIGMAS EM DISPUTA**

Florianópolis - SC

2020

Amanda dos Passos Rafael

**A SITUAÇÃO DE DESIGUALDADE DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO ENTRE 2016-2019 À LUZ DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA,  
MARXISTA E FEMINISTA: TRÊS PARADIGMAS EM DISPUTA**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Brena Paula Magno Fernandez

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rafael, Amanda dos Passos

A situação de desigualdade da mulher no mercado de trabalho brasileiro entre 2016-2019 à luz da economia neoclássica, marxista e feminista : três paradigmas em disputa / Amanda dos Passos Rafael ; orientador, Brena Paula Magno Fernandez, 2020.

63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Mulher no mercado de trabalho. 3. Economia Feminista. 4. Paradigmas. I. Fernandez, Brena Paula Magno . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Amanda dos Passos Rafael  
**A situação de desigualdade da mulher no mercado de trabalho brasileiro entre 2016-2019 à luz da economia neoclássica, marxista e feminista: três paradigmas em disputa**

Florianópolis, 04 de dezembro de 2020.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Prof.(a), Dr.(a) Liana Bohn  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Prof.(a) Dr.(a) Carmen Rosário O. G. Gelinski  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente  
Brena Paula Magno Fernandez  
Data: 05/12/2020 13:01:51-0300  
CPF: 002.223.297-42

---

Prof.(a), Dr.(a) Brena Paula Magno Fernandez  
Orientador(a)

Florianópolis, 2020

*Para minha mãe, Marilda A. P. R. (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Deixo aqui um agradecimento em especial à Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de me proporcionar uma graduação gratuita de qualidade. Uma universidade é sobre coletivo, mas essa experiência foi individual. Cada detalhe, cada amigo, cada aula, palestras e eventos. Senti tudo da minha forma. Aprendi, sorri, chorei. Mas o sonho da graduação está prestes a se realizar e tenho muito a agradecer a quem foi crucial nessa trajetória.

Muitas pessoas passaram por mim nos últimos anos, algumas se foram, outras permanecem. Agradeceria a cada um que me motivou e ajudou nesta jornada, mas não caberiam em uma página.

Agradeço à minha mãe Marilda, que sempre me incentivou a me dedicar aos estudos. Sempre foi meu maior exemplo, desde sempre, nunca desistiu de seus sonhos e foi a primeira da família a conseguir um diploma! Infelizmente, hoje não está aqui comigo, mas sei que está muito orgulhosa da minha conquista.

Agradeço à minha família, em especial meu pai Paulo e minha irmã Gabriela que é meu espelho, exemplo de luta, resistência e muita fé.

Aos meus amigos, que incansavelmente ouviram meus desabafos, inseguranças e todas as ideias que tive durante este período de isolamento. Por muitas vezes me senti sozinha, mas sabia que tinha com quem desabafar, ainda que virtualmente.

Agradeço aos professores pelos ensinamentos, em especial à minha orientadora Brena, que acreditou e me inspirou a doar o melhor de mim neste trabalho de conclusão.

Por fim, sou grata a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, colaboraram para que eu conseguisse realizar meu sonho, a formação acadêmica.

*“Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade.”*

O Segundo Sexo vol. 2: A experiência vivida  
BEAUVOIR, S., 1967

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo discorrer acerca da mulher no mercado de trabalho brasileiro à luz de três paradigmas distintos: o neoclássico, o marxista e o da economia feminista. A reflexão segue uma breve análise do período de 2016-2019, que aponta dados empíricos retirados da PNAD/IBGE. Existem desigualdades no mercado de trabalho brasileiro que perpassam a questão de gênero – isto é, vão além da questão apenas das diferenças biológicas –, como diferenças salariais, dupla jornada de trabalho, segregação sexual e a inserção feminina em trabalhos mais instáveis. Estes são alguns dos nossos objetos de investigação. Como referencial teórico é apresentado o conceito de *paradigmas* de Thomas Kuhn, que compreende que a comunidade científica de cada escola de pensamento não irá provocar desacordo declarado sobre pontos fundamentais de suas teorias, Estas expõem uma visão de mundo própria a fim de solucionar os problemas sociais apontados, confiando na eficiência da sua comunidade científica. Além disso, apontamos princípios e conceitos da ciência econômica de cada uma das três comunidades científicas em questão – neoclássica, marxista e da economia feminista –, concluindo, por fim, que aquela escola (teoria ou “paradigma”, no dizer de Kuhn) que melhor explica e equaciona os problemas de pesquisa em prol da igualdade de gêneros é o paradigma da economia feminista.

**Palavras-chave:** Paradigmas. Economia Feminista. Mulher no Mercado de Trabalho.



## **ABSTRACT**

The present study aims to discuss women in the Brazilian labor market in the light of three distinct paradigms: the neoclassical, the Marxist and the feminist economics. The reflection follows a brief analysis of the 2016-2019 period, which points to empirical data taken from PNAD / IBGE. There are inequalities in the Brazilian labor market that permeate the issue of gender - that is, they go beyond the question of only biological differences - such as wage differences, double working hours, sexual segregation and female insertion in more unstable jobs. These are some of our objects of investigation. As a theoretical reference, Thomas Kuhn's concept of paradigms is presented, which understands that the scientific community of each school of thought will not provoke declared disagreement about fundamental points of their theories. These expose their own worldview in order to solve social problems appointed, relying on the efficiency of its scientific community. In addition, we point out principles and concepts of economic science for each of the three scientific communities in question - neoclassical, marxist and feminist economics -, finally concluding that school (theory or "paradigm", in Kuhn's words) that best explains and equates research problems in favor of gender equality is the paradigm of feminist economics.

**Keywords:** Paradigms. Feminist Economics. Woman Labor Market.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Fases do desenvolvimento científico, segundo Kuhn.....	34
Figura 2 - Visões da mesma realidade.....	35
Figura 3 - Ciclo ampliado da reprodução social.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de ocupação (%) por sexo, de 2016-2019 .....	20
Gráfico 2 - Taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho, por sexo de 2016-2019 .....	21
Gráfico 3 - Rendimento médio real do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo, de 2016-2019.....	23
Gráfico 4 - Taxa de realização de afazeres domésticos por sexo, de 2016-2019.....	24
Gráfico 5 - Taxas de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, por sexo, de 2016-2019.....	25
Gráfico 6 - Média de horas semanais dedicadas em afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação, 2016-2019.....	26
Gráfico 7 - Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, por sexo, de 2016-2019 .....	27
Gráfico 8 - Pessoas que realizam afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer (%).....	28
Gráfico 9 - Investimento em capital humano e a taxa de marginal de retorno.....	42

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DADOS EMPÍRICOS DE 2016-2019.....</b>	<b>19</b>
1.1 A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e salários desiguais .....	19
1.2 Distribuição dos afazeres domésticos no Brasil .....	23
<b>2 A PERSPECTIVA TEÓRICA DE THOMAS KUHN SOBRE PARADIGMA .....</b>	<b>30</b>
2.1 A contribuição de Kuhn à ciência .....	30
2.2. Crise e revoluções científicas .....	31
<b>3. PARADIGMA NEOCLÁSSICO E AS DESIGUALDADES DO MERCADO DE TRABALHO ENTRE OS SEXOS .....</b>	<b>38</b>
3.1. Neoclássicos: racionalidade econômica e características do mercado de trabalho .....	38
3.2. As causas da diferença salarial e participação de homens e mulheres na esfera familiar .	39
<b>4. PARADIGMA MARXISTA E O PAPEL ECONÔMICO DAS MULHERES NO TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO .....</b>	<b>45</b>
4.1. As manifestações da segregação ocupacional entre os sexos.....	46
4.3. Contribuição marxista acerca da subordinação das mulheres na sociedade capitalista ....	50
<b>5. O PARADIGMA DA ECONOMIA FEMINISTA E O TRABALHO “INVISÍVEL” .</b>	<b>53</b>
5.1 A invisibilidade das mulheres na construção do pensamento econômico.....	53
5.2. A situação das mulheres no mercado de trabalho e doméstico .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre acerca da situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro durante o período de 2016-2019, segundo a ótica de três paradigmas distintos: o neoclássico, o marxista e o da economia feminista.

As mulheres foram desvalorizadas no mercado de trabalho durante muito tempo e até hoje concentram-se em funções poucos especializadas e de baixos salários em relação à remuneração dos homens. As mulheres negras recebem ainda remuneração inferior a das mulheres brancas, ocupando a posição mais baixa da hierarquia de desigualdade, dessa forma é fundamental um feminismo que alie o combate ao machismo, ao racismo e a discriminação de classes (PAIVA, CAMPOS, 2018).

As mulheres reivindicavam mudanças sociais, questionando a exploração-dominação que afetaram sua experiência ao longo da história devido à saturação da presença ideológica patriarcal e machista a que eram submetidas, uma vez que a situação de submissão negava o seu desenvolvimento social e econômico. O feminismo surge como movimento político questionando estas as relações de poder, pois até então, segundo Simone de Beauvoir em 1949, toda a história das mulheres teria sido escrita por homens (TELES, 1993).

Em termos teóricos, é comum que na literatura se distinga os movimentos feministas em três grandes “ondas”, cada uma congregando um conjunto de características e de reivindicações bastante próprias.

A primeira e mais longa onda do feminismo começou com o contexto de esgotamento do modelo produtivo hegemônico capitalista e urgência de novos movimentos sociais, como revoltas dos trabalhadores e os movimentos sufragistas no século XX, especificamente na década de 60 e 70. Foi apoiada principalmente na união feminina e numa reflexão de igualdade tendo como finalidade atingir os direitos políticos, sociais e econômicos para ambos os sexos, tornando ativa a participação de mulheres na sociedade (BOHN, CATELA 2017; MARTINS, 2015).

O movimento *suffragettes* na Inglaterra marcou a primeira onda do feminismo, ocorreu grandes manifestações e greves de fome com o intuito de defesa por direitos iguais entre homens e mulheres quanto aos direitos políticos, encontrados esses desde 1903 que foram conquistados em 1918, ano que as mulheres com mais de 30 anos tiveram direito ao voto e a partir de 1928 o direito foi ampliado para mulher a partir dos seus 21 anos (MARTINS, 2015).

Tendo o feminismo se desenvolvido de diferentes formas em cada país, no Brasil o início do movimento foi dificultado devido ao alto caráter elitista social e a forte opressão masculina, portanto, pouco se foi registrado. O direito das *suffragettes* no Brasil foi conquistado em 1932. Em meados do século XIX surgiram no Brasil os primeiros jornais editados por mulheres, representando as primeiras questões do feminismo e com a solidariedade internacional, as mulheres europeias e norte-americanas influenciaram o avanço do movimento às brasileiras (TELES, 1993; MARTINS, 2015).

Com o desenvolvimento da indústria no Brasil, a burguesia lucrava à custa da exploração dos trabalhadores com salários baixos e jornadas de trabalho desproporcionais, mesmo após a abolição da escravatura. Esta situação repercutiu também dentro do feminismo, as diferenças raciais entre mulheres brancas e negras eram marcantes. As ativistas feministas negras apontam que na prática o racismo contribuiu para perpetuar ainda mais a situação de pobreza, sendo este um empecilho para o desenvolvimento social e político destas mulheres (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012; TELES, 1993).

Novas demandas surgiram com a publicação de “O segundo sexo”, de Simone Beauvoir, em 1949. O texto questiona os padrões sociais que coloca o homem em posição de poder na vida política e no trabalho, evidenciando a opressão feminina (MARTINS, 2015).

A segunda onda do feminismo surge a partir da Segunda Guerra Mundial, tem como lema “o pessoal é político”, criado por Carol Hanisch em 1969, trata-se de pensar as mulheres de forma a reconhecer seus valores femininos, encorajando para combater as estruturas sexistas de poder, garantindo sua autonomia como um processo de autoconhecimento partindo de questionamentos sobre o tradicionalismo apenas do ponto de vista masculino. O Brasil passou por um golpe militar no ano de 1964, portanto muitas associações feministas desapareceram, retornando somente em 1975. Nesse período a porcentagem de mulheres economicamente ativas aumentou, entretanto, assumiam uma dupla jornada de trabalho (BOHN, 2017; RODRIGUES, 2016; TELES, 1993).

O ano de 1975 foi marcado pela realização da I Conferência Mundial da Mulher. O tema central era sobre a luta pela eliminação da discriminação das mulheres em busca de um avanço social e, por isso, foi declarado o Ano Internacional das Mulheres (MARTINS, 2015).

A globalização ainda permitiu uma atuação maior dos agentes de diversos Estados para fortalecer a luta feminista, o Brasil foi exemplo do efeito da globalização nos direitos das mulheres, o país foi omissor pela Organização dos Estados Americanos no caso de Maria da Penha, mulher que sofreu tentativas de homicídio pelo ex-marido. Esse fato levou os agentes

a aconselharem o país adotar medidas para combater a violência contra mulheres, que resultou na Lei Maria da Penha, promulgada em 2006 (MARTINS, 2015).

O avanço da globalização impactou ainda mais as minorias. O empoderamento feminino alcançou uma dimensão internacional que somente com a primeira conferência mundial sobre as mulheres pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), que começou o interesse de se pensar em soluções para os problemas. Além disso, a ONU foi uma instituição que atribuiu a participação das mulheres como um progresso na equidade de gênero sobretudo no emprego (TADEU, 2008; RUBIN, 2012).

Muitos discursos ainda reiteravam a associação da mulher à maternidade e ao cuidado do lar, contribuindo para a manutenção da família e direcionando elas à produção capitalista industrial. Dessa forma, ocorria a diminuição do valor da força de trabalho feminina, ocultando o trabalho da esfera doméstica. O movimento feminista neste período contribuiu para a percepção das atividades domésticas como uma contribuição importante na produção capitalista, ampliando o conceito de trabalho e atribuindo a atividade doméstica na análise econômica (FREITAS, 2008).

A terceira onda está atrelada às questões de gênero, por gênero entende-se às associações, estereótipos e padrões sociais que uma cultura constrói com base nas diferenças reais ou percebidas entre homens e mulheres (NELSON, 1995). Esta onda pautou-se em produções textuais que buscavam um novo olhar para a história, marcado por mudanças socioculturais por coletivos organizados por mulheres auxiliando assim a inserção delas na análise econômica tradicional (BOHN, 2017; RODRIGUES, 2016).

Segundo Joan Scott (1990), o termo gênero constitui-se num dos aspectos para legitimar academicamente o estudo do movimento feminista embasado na construção de igualdade econômica, social e política que não incluía somente o sexo, mas também questões de classe e raça, analisando sobretudo o empirismo feminista. O estudo do feminismo questiona as raízes culturais das desigualdades e põe fim à crença da normatização na inferioridade “natural” da mulher baseada nos fatores biológicos, questionando o papel em que os homens têm funções atreladas ao ambiente externo de trabalho e as mulheres em funções domésticas como procriadoras e cuidadoras, demonstrando a hierarquia comandada por homens (ALVES; PITANGUY, 1981; BOHN, 2017).

Com o aumento da industrialização, a mulher passou a integrar mais o mercado de trabalho e assim atingiu um nível de independência financeira. A questão de gênero tem sido objeto de estudo econômico sob dois aspectos:

- a) A inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe como consequência a transformação das estruturas e das relações sociais e familiares, uma vez que o papel da mulher no seio da família tem mudado para dar lugar a uma complementação ou um reparto entre o trabalho doméstico e o trabalho fora do lar [...]
- b) [...] a evidência empírica reflete a existência de segregação ocupacional horizontal, ou seja, a desigual participação de homens e mulheres segundo o setor, o ramo de atividade, tipo de trabalho, além de uma segregação vertical, refletida na desigualdade de acesso às diferentes categorias profissionais, uma vez que as mulheres estão em escassos postos de hierarquia superior (TADEU, 2008, p. 142).

A influência do feminismo se intensificou nas décadas de 1970, 1980 e principalmente 1990, simbolizado pela criação do *Internacional Association for Feminist Economics* (IAFFE) em 1992. Desde então, a literatura se destacou nessa temática desconstruindo a economia de visão neoclássica por meio de críticas que incluem a racionalidade econômica e o comportamento maximizador, assim, permitindo repensar o campo da economia (BENERIA, 2003).

As ondas do feminismo acompanham as transformações das mulheres, permitindo conhecer o caráter histórico que requerem aprofundamento às questões feministas que serão analisadas à luz de três paradigmas distintos, nomeadamente: o neoclássico, o marxista e o da economia feminista, tomando posição pelo último deles.

O trabalho tem como objetivo, diante dessas questões sociais apresentadas, refletir acerca da participação da mulher no mercado de trabalho sobre as abordagens teóricas de diferentes paradigmas: neoclássico, marxista e da economia feminista.

Diante deste debate, alguns paradigmas identificam as problemáticas levantadas pelas feministas dentro do estudo da economia de mercado, assuntos que antes traziam uma cegueira analítica por se concentrar apenas esfera de mercado. As desigualdades são vistas além da esfera salarial, atingindo também direitos civis, a esfera do trabalho doméstico não remunerado, a segregação por gênero no mercado de trabalho e a discriminação que inclui classes e raças no âmbito laboral das mulheres.

A economia feminista surge com a crítica da invisibilidade feminina dos modelos econômicos estabelecidos dentro da construção do conhecimento econômico. Há muito trabalho “invisível” segundo a visão de mundo da economia tradicional, sendo esta resultante de estatísticas enviesadas e não neutras na compreensão da produção e da distribuição de riqueza de uma nação (BOHN, 2017). Segundo a ONU, a utilização do tempo de homens e mulheres relacionadas ao trabalho é similar quando são jovens e solteiros, mas no momento que muda seus estados civis e formam família, as atividades laborais se tornam diferentes, as mulheres em média assumem mais tarefas domésticas a mais que os homens (TADEU, 2008).



No Brasil, assim como em todo o mundo, a influência da teoria neoclássica é perceptível. De fato, o conceito de trabalho adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é conceituado como a fundamentação da produção e mercantilização, segundo a abordagem neoclássica. Dessa forma, “a produção de bens e serviços não remunerados no mundo privado é inviabilizada e entendida como atividade não produtiva” (PINHEIRO; LIMA; FONTOURA; SILVA, 2016, p. 4).

Por isso, entendemos que seja fundamental demonstrar a importância das mulheres na vida social e econômica e evidenciar que as desigualdades de gêneros existem principalmente no mercado de trabalho, sendo a inserção feminina marcada por inconsistências ainda na atualidade. Ressaltamos ainda a importância de relatos estatísticos que indicam que a precarização permanece e que as mulheres precisam ser inseridas com a mesma igualdade de direitos e salários que os homens, a fim de que se promova o progresso econômico e social no país.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo trata do tema a mulher no mercado de trabalho brasileiro no período de 2016-2019<sup>1</sup>, incluindo os aspectos históricos que levaram aos problemas que serão ali elencados, colocando em evidência as principais características de desigualdade entre homens e mulheres.

A partir daquele que será o nosso objeto de análise, o segundo capítulo consiste na apresentação do trabalho pioneiro de Thomas Kuhn, especialmente no que diz respeito ao seu conceito de paradigmas como visões de mundo, com vistas a contribuir com a análise da situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro a partir desta perspectiva filosófica/metodológica.

Em seguida, o terceiro capítulo se propõe a analisar, à luz do *paradigma* neoclássico, os dados estatísticos referentes à mulher no mercado de trabalho brasileiro, segundo sexo e cor/raça apresentando os aspectos discriminatórios existentes no período de 2016-2019, apresentados no capítulo 1.

O quarto capítulo apresentará a análise dos mesmos dados empíricos acerca da situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, sob a ótica do *paradigma* marxista.

---

<sup>1</sup> A obtenção dos dados de uma ampla série histórica foi dificultada devido as falhas estruturais metodológicas de séries temporais longas. Além disso, os dados referentes a jornada de trabalho em afazeres domésticos, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), teve início em 2016. Portanto a investigação foi baseada em uma fotografia da realidade mais recente, de 2016-2019.

O quinto e último capítulo busca apresentar a visão do *paradigma* da economia feminista, expondo as condições pelas quais defendemos que essa seria a melhor teoria (ou, na terminologia kuhniana, o melhor *paradigma*) para assegurar que os problemas em pauta sejam resolvidos, segundo as discussões anteriores. A melhor por incorporar as questões de gênero em sua metodologia e propor críticas relevantes da economia tradicional, reivindicando a inclusão de problemas típicos por questões de gênero do ponto de vista do mercado de trabalho.

A defesa permitirá situar a importância da mulher na vida econômica e social do Brasil compreendido no período entre 2016-2019 para a estrutura produtiva.

O trabalho metodologia do trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva e de análise de dados. Foi desenvolvido a partir de material já elaborado, por meio de artigos de periódicos, impressos diversos e teses referente ao tema (GIL, 2002). Destacam-se analisar e discutir o assunto através de informações já publicadas, reunindo os principais argumentos para compor o trabalho, baseado no tema e na interpretação reflexiva. Logo, a pesquisa bibliográfica propicia o estudo de um tema sob um novo enfoque.

A pesquisa também baseou-se em uma análise de dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE, através do sistema de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2016 à 2019. Essa análise será estruturada utilizando paradigmas de três teorias distintas da área de estudo econômico: neoclássica, marxista e a economia feminista.

A pesquisa foi realizada por meio de internet, ocorreu nas bases de dados como Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES, além de dados empíricos expostos publicamente na base da PNAD/IBGE.

## **1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DADOS EMPÍRICOS DE 2016-2019**

Segundo Sen (1990), homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades e capacidades de escolha sobre o que querem de suas vidas, mas este é um propósito idealista na sociedade atual em que vivemos. A criação de indicadores de gênero veio da vontade política de reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto no âmbito público quanto privado, que até então permanecia invisível nas fontes de informações (SOARES, 2004; TEIXEIRA, 2012).

A ideia de desenvolvimento era atrelada apenas ao Produto Interno Bruto (PIB), a única medida conhecida como indicador de crescimento econômico, que é extremamente restritivo para constituir uma debate aprofundado sobre desenvolvimento. Os primeiros índices surgiram com a iniciativa da ONU (Organizações das Nações Unidas). E, desde então, novos estudos sobre essa metodologia de gênero foram surgindo em diversos países, evidenciando o empoderamento de mulheres em escala nacional, regional e global, com o objetivo de diminuir a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos (CARRASCO, 2006; TEXEIRA, 2012).

O objetivo deste capítulo é analisar a estrutura de emprego, a taxa de ocupação, a incidência dos afazeres domésticos e o rendimento médio principalmente das mulheres no período citado. A série histórica de 4 anos faz uma fotografia breve do posicionamento e representatividade feminina no país, reconhecendo os processos de discriminação frente ao contexto econômico, uma vez que a segregação por sexo está radicada por normas e valores sociais. Os indicadores permitem medir as mudanças desta trajetória que sobrecarrega as mulheres com salários inferiores e baixo custo de oportunidade. Pretende-se, a partir dos dados empíricos, abordar das diferentes visões de teorias econômicas ao longo do trabalho, a fim de explicar este comportamento que traz consequências para a política social econômica (TEIXEIRA, 2012, 2017).

### **1.1 A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e salários desiguais**

O papel da mulher na economia e na sociedade passou por mudanças significativas ao longo dos anos com avanços significativos sobre a sua inserção no mercado de trabalho brasileiro. A participação feminina no mercado de trabalho se intensificou a partir dos anos 1970, fruto de transformações demográficas, culturais e sociais que ocorriam no país, incluindo maior acesso às universidades, queda de fecundidade e movimentos feministas, que

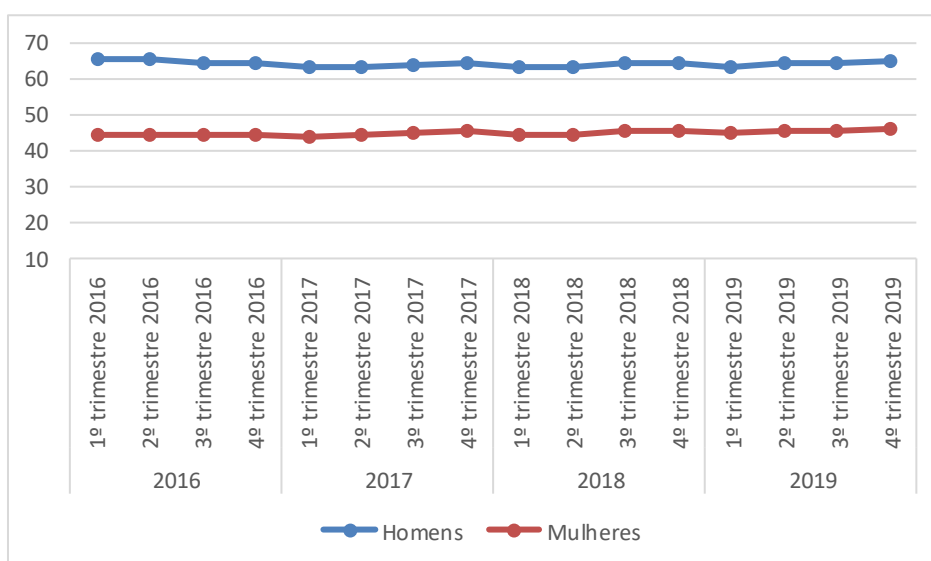
contribuíram para a inserção das mulheres nos espaços públicos (LEONE; KREIN; TEIXEIRA, 2017)

A análise empírica descrita foi desenvolvida com a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), selecionando os dados do período de 2016-2019.

Os anos observados de 2016-2019, representado no gráfico 1, contabiliza o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar, segundo a PNAD/IBGE. As mulheres, no período observado de acordo com a Pnad, eram maioria entre a população em idade de trabalhar de 14 anos ou mais de idade, mas entre a população ocupada, a predominância é maior entre os homens no período analisado.

De acordo com o nível de ocupação entre homens e mulheres, ainda que a taxa de participação masculina é maior do que a feminina, a participação percentual das mulheres aumentou ao longo do período.

**Gráfico 1 - Taxa de ocupação (%) por sexo, de 2016-2019**

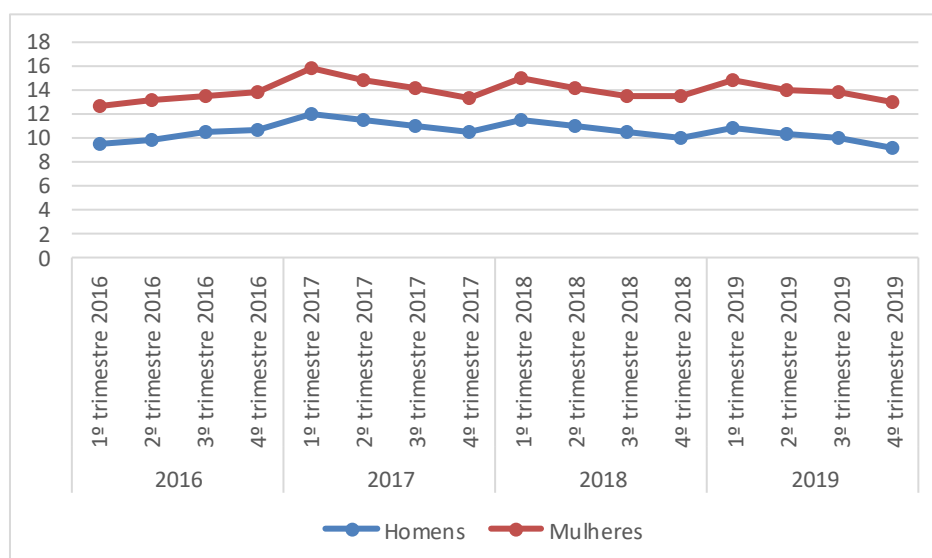


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019. Elaboração própria.

O gráfico 2 demonstra o percentual de desocupados da população brasileira. As diferenças entre homens e mulheres no ano de 2016 é de 3,1 pontos percentuais e no último ano observado, 2019, a diferença aumenta para 3,9 pontos percentuais, isso explica uma representatividade feminina maior entre os desempregados (IBGE, 2016, 2019).

Os dados revelam que a taxa de desocupação varia pouco, porém a taxa de ocupados tem uma diferença considerável, indicando uma maior participação masculina em empregos formais no Brasil. Comparando os dados com a variação do PIB nacional, no período de 2016, segundo a agência IBGE notícias (2018), o PIB apresentou crescimento negativo<sup>2</sup>, o desemprego afetou mais as mulheres do que os homens, com 13,8% e 10,7% respectivamente. Porém nota-se que em 2017, 2018 e 2019, a taxa de desemprego entre os homens diminuiu e das mulheres se mantém em 13%, com mudanças quase desprezíveis nos anos observados. O ritmo de expansão do PIB não acarretou mudanças significativas na taxa de emprego (IBGE, 2016, 2017, 2018, 2019).

**Gráfico 2 - Taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho, por sexo de 2016-2019**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

Nesse contexto, situação dos dados gerais de emprego brasileiro mostra que ainda existe um baixo aproveitamento laboral das mulheres no mercado de trabalho, a taxa feminina de participação é menor, demonstrando empiricamente a existência de dificuldades na inserção profissional dessas mulheres.

<sup>2</sup> AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS – 2018. Acesso em 10 set. 2020. Fonte: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20\(PIB,para%20%2D3%2C%25](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB,para%20%2D3%2C%25)>.

O nível de escolaridade entre homens e mulheres, conforme dados da Pnad/IBGE, apresentadas na tabela 1, indica que mesmo as mulheres à frente no número médio de anos de estudos, os homens ainda são maioria no trabalho formal, como indicado no gráfico 1. Portanto, a questão a ser averiguada é por que as mulheres têm pouco engajamento no mercado de trabalho, visto que possuem qualificação. Um dos principais determinantes para o aumento da ocupação feminina nos últimos anos está no aumento da escolaridade entre elas (IBGE, 2020).

**Tabela 1 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, por sexo de 2016-2019**

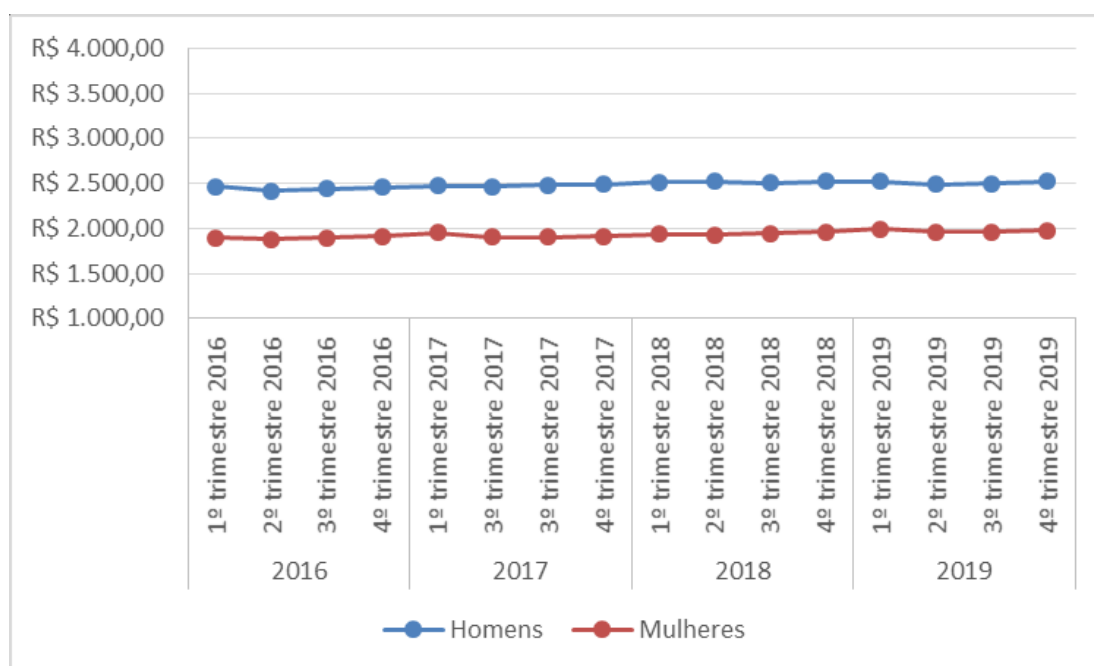
2016		2017		2018		2019	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
8,7	9,1	8,9	9,3	9,0	9,5	9,2	9,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019. Elaboração própria.

No ano de 2019, 51% das mulheres passaram a ter, ao menos, o ensino médio completo, enquanto os homens o percentual foi de 46,3%. As proporções têm aumentado desde 2016, mais significativa entre as mulheres. Com relação à raça, as pessoas brancas registam 10,4 anos de estudos contra 8,6 para as pessoas de cor preta ou parda, resultando uma diferença de quase 2 anos. De 2016 para 2019, a diferença entre pessoas brancas e pretas que haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional reduziu, mas ainda se manteve elevado, indicando que as oportunidades são desiguais entre esses grupos (IBGE, 2020)

O gráfico 3 aponta o rendimento efetivo no Brasil, utilizando deflator, da média real trimestral do trabalho. O Brasil apresentou um aumento no crescimento da renda do trabalho. Entre 2016 e 2019, houve um aumento no rendimento de um pouco mais de R\$50 para homens e um aumento maior para as mulheres de aproximadamente R\$80. Sob o olhar de rendimentos médios, observa-se que o rendimento das mulheres é reduzido em comparação aos homens segundo dados do gráfico 3, coletados pela PNAD/IBGE (SIDRA, 2016, 2017, 2018, 2019).

**Gráfico 3 - Rendimento médio real do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo, de 2016-2019**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2016-2019. Elaboração própria.

Analisando o quarto trimestre de cada ano, 2016 teve rendimento de R\$2.455 para os homens e R\$1.912 para as mulheres, resultando em uma diferença salarial de R\$543. No ano de 2017 essa diferença é maior, chegando a R\$577 (R\$2.492 para os homens contra R\$1.915 para as mulheres), em 2018 no mesmo trimestre cai para R\$564 (R\$2.523 para os homens contra R\$1.959 para as mulheres) e em 2019 cai para R\$543 (R\$2.520 para homens contra R\$1.977 para as mulheres). Apesar do movimento tendendo a uma aproximação dos rendimentos e do maior aumento salarial, essa transformação ainda se dá de forma desigual.

## 1.2 Distribuição dos afazeres domésticos no Brasil

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) investiga diversas formas de trabalho, englobando os afazeres domésticos e o cuidado de pessoas (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais). Essas atividades são contabilizadas como trabalho, segundo o IBGE, ainda que não é precificado como parte do Produto Interno Bruto – PIB do país (IBGE, 2019).

A pesquisa adota como afazeres doméstico atividades como: arrumar ou limpar a moradia, cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça (utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos), orientar trabalhadores domésticos na execução das tarefas

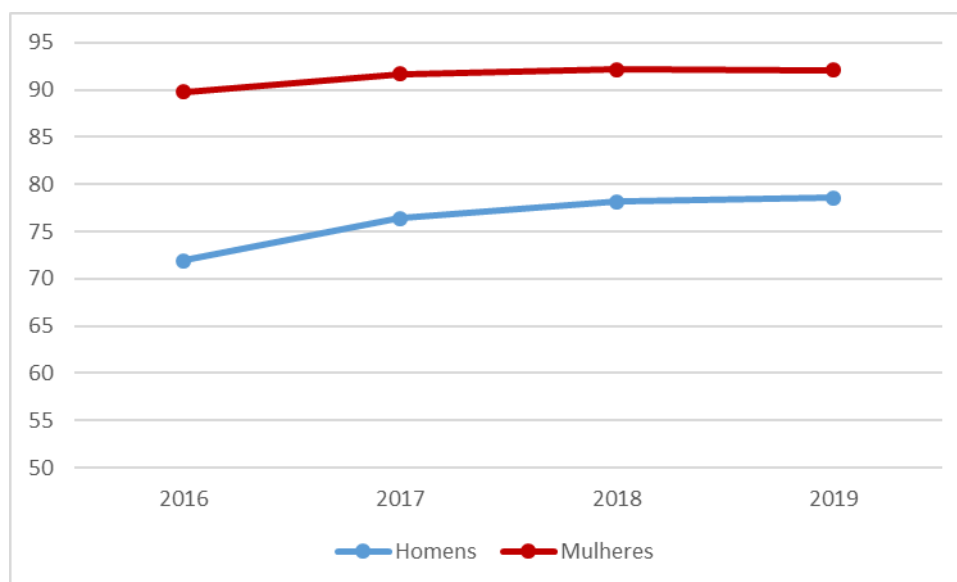
domésticas, cuidar dos filhos ou outros moradores, limpar quintal, cuidar do jardim, entre outros (PINHEIRO; LIMA; FONTOURA; SILVA, 2016).

O gráfico 4 mostra a desigualdade destas atividades, ilustrando que as mulheres trabalham mais no âmbito doméstico, configurando uma jornada de trabalho dupla. Em 2016 a taxa de afazeres domésticos das mulheres configura em 89,8% e 71,9% dos homens. Ao longo dos anos observados, nota-se um aumento no envolvimento masculino, passa para 78,6% em 2019 contra a tendência ainda estável das mulheres de 92,1% no mesmo ano. Entre o ano 2018 e 2019 houve um aumento de 1,6 milhões de pessoas realizando afazeres domésticos, segundo dados do IBGE (IBGE, 2020).

A taxa de realização de afazeres domésticos por cor ou raça mostra que, entre as mulheres em 2016, 89,1% eram brancas e 90,9% eram pretas. Os homens são os que realizam menos afazeres domésticos segundo a pesquisa, em 2016, 72,9% eram brancos e 73% pretos (IBGE, 2017).

A porcentagem com relação a cor ou raça de afazeres domésticos em 2019 foi representada por 91,5% das mulheres brancas e 94,1% das mulheres pretas. Entre os homens a taxa foi de 80,4% entre homens brancos e 80,9% entre homens pretos (IBGE, 2020).

**Gráfico 4 - Taxa de realização de afazeres domésticos por sexo, de 2016-2019**



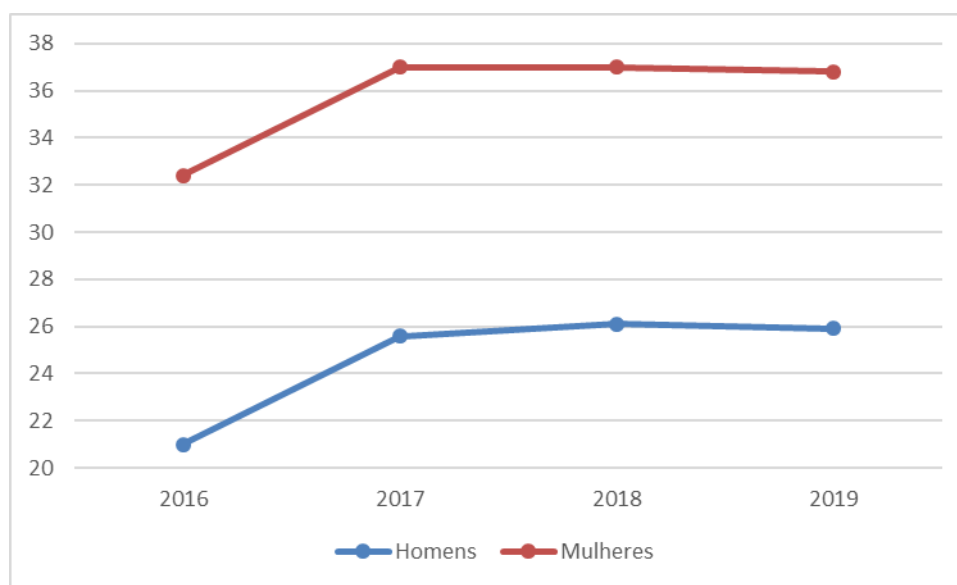
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019. Elaboração própria.

O gráfico 5 mostra algumas tendências no Brasil sobre a taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, observa-se em 2017 um



aumento com relação ao ano anterior, essa mudança pode indicar falta de soluções públicas e privadas que garantissem o apoio aos moradores ou parentes. Esse aumento também pode estar relacionado ao ingresso de pessoas no mercado de trabalho, fato este que acarreta aos filhos, idosos ou pessoas com necessidades especiais precisarem de cuidados (FREITAS, 2008).

**Gráfico 5 - Taxas de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, por sexo, de 2016-2019**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019. Elaboração própria.

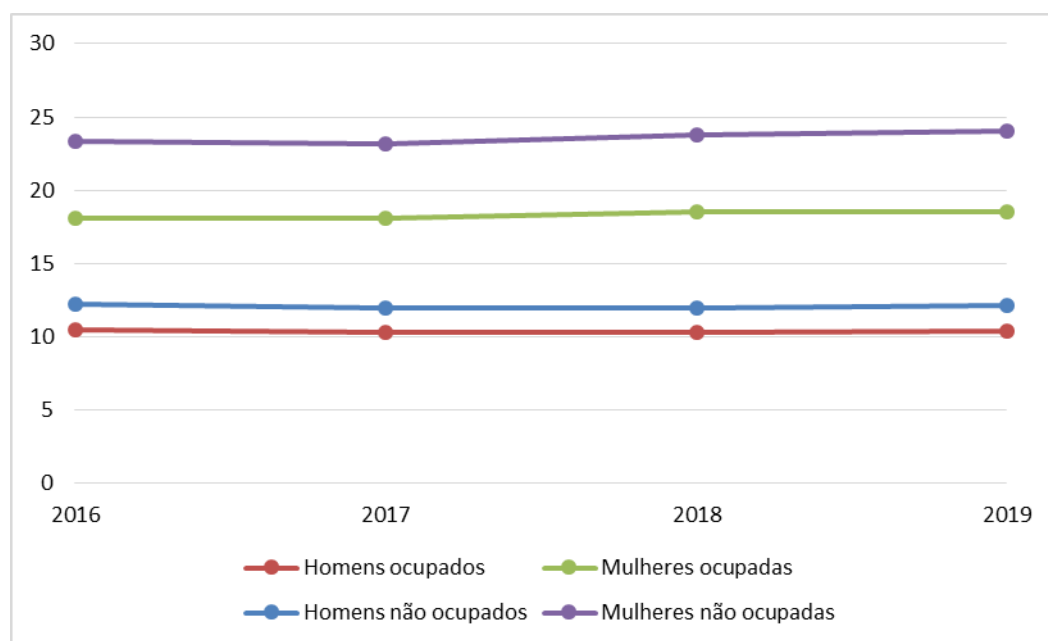
Os primeiros dados nacionais sobre o uso do tempo no Brasil iniciaram em 1992, quando o IBGE inclui na PNAD um tópico que indagava a respeito da realização de afazeres domésticos, tal tópico recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, possibilitando abrir uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho e a significativa dupla jornada de trabalho das mulheres brasileira (BARBOSA, 2018).

Pesquisas de uso do tempo, como esta do gráfico 5, são importantes para uma análise da divisão do trabalho entre homens e mulheres. Os valores apresentados graficamente precificam a média de horas para as atividades em afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, esses dados são disponibilizados desde 2001 pela PNAD.

Os dados referentes ao uso do tempo permitem o reconhecimento da produção doméstica e do trabalho não remunerado, contribui para a melhoria da visibilidade destes afazeres possibilitando um esclarecimento dos estilos de vida e padrões do uso do tempo entre

homens e mulheres (BARBOSA, 2018). O gráfico 6 apresenta mais detalhadamente essas horas semanais em níveis de ocupações diferentes.

**Gráfico 6 - Média de horas semanais dedicadas em afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação, 2016-2019**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019. Elaboração própria.

No primeiro ano de análise, 2016, segundo fonte da PNAD/IBGE, a média de horas dedicadas de afazeres domésticos e/ou tarefas de cuidado de homens ocupados na faixa etária de 14 anos ou mais de idade é de 10,5 contra 18,1 das mulheres, diferença de 7,6 horas. Os homens sem ocupação realizam uma média de horas de 12,2 enquanto as mulheres a diferença é quase o dobro com 23,3 de horas trabalhadas, totalizando uma diferença de 11,1 horas (IBGE, 2017).

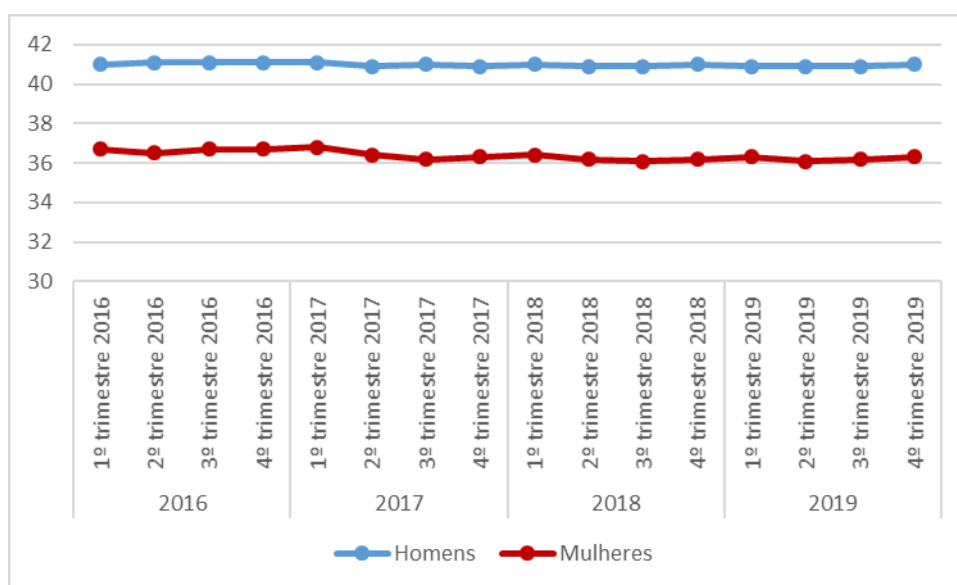
No ano de 2017 a média de horas gastas dos homens ocupados se manteve em 10,3 em dois anos seguidos e em 2019 aumentou para 10,4. As mulheres aumentaram de 18,5 em 2017 para 18,5 horas em 2019. Na situação de não ocupação do mercado de trabalho, os homens seguiram com uma média de horas em 12, aumentando apenas para 12,1 em 2019. Entre as mulheres observou-se um acréscimo de horas, em 2017 chegou a 23,2, com leve queda para 23,1 referente ao ano anterior, mas nos próximos anos aumentou de 23,8 em 2018 para 24 em 2019 (IBGE, 2020).

As diferenças de gênero são significativas neste campo, não importa a condição das mulheres, elas terão uma média de horas maiores em afazeres domésticos e/ou tarefas de cuidados de pessoas, evidenciando uma dupla jornada de tempo exaustiva, superior aos homens na mesma posição de ocupação. A questão desta carga horária é um fator significativo quando se trata da inserção ocupacional entre homens e mulheres na divisão do trabalho por sexos (IBGE, 2020).

O gráfico 7 apresenta as horas trabalhadas de ambos os sexos, junto ao gráfico 6 é possível observar que as mulheres são as que mais trabalham atualmente porque sua carga horária na atividade produtiva do mercado de trabalho é menor, mas somado com a atividade reprodutiva do domicílio ressalta uma sobrecarga de trabalho que dificulta a sua conciliação entre as duas responsabilidades (FREITAS, 2008). Portanto, o gráfico 7, apresenta essa variação de horas entre homens e mulheres no trabalho principal, as mulheres representaram em média 36,7 de trabalho contra 41 horas dos homens no primeiro ano observado de 2016, ao longo do tempo as mulheres diminuíram essa participação no trabalho para 36,3 horas em 2019, indicando a dificuldade de conciliação da dupla jornada de trabalho.

Os dados comprovam que é responsabilidade das mulheres a flexibilização de horas para conciliar seus trabalhos, tanto no mercado de trabalho, quanto nos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas, evidenciando a discrepância entre os sexos (FREITAS, 2008).

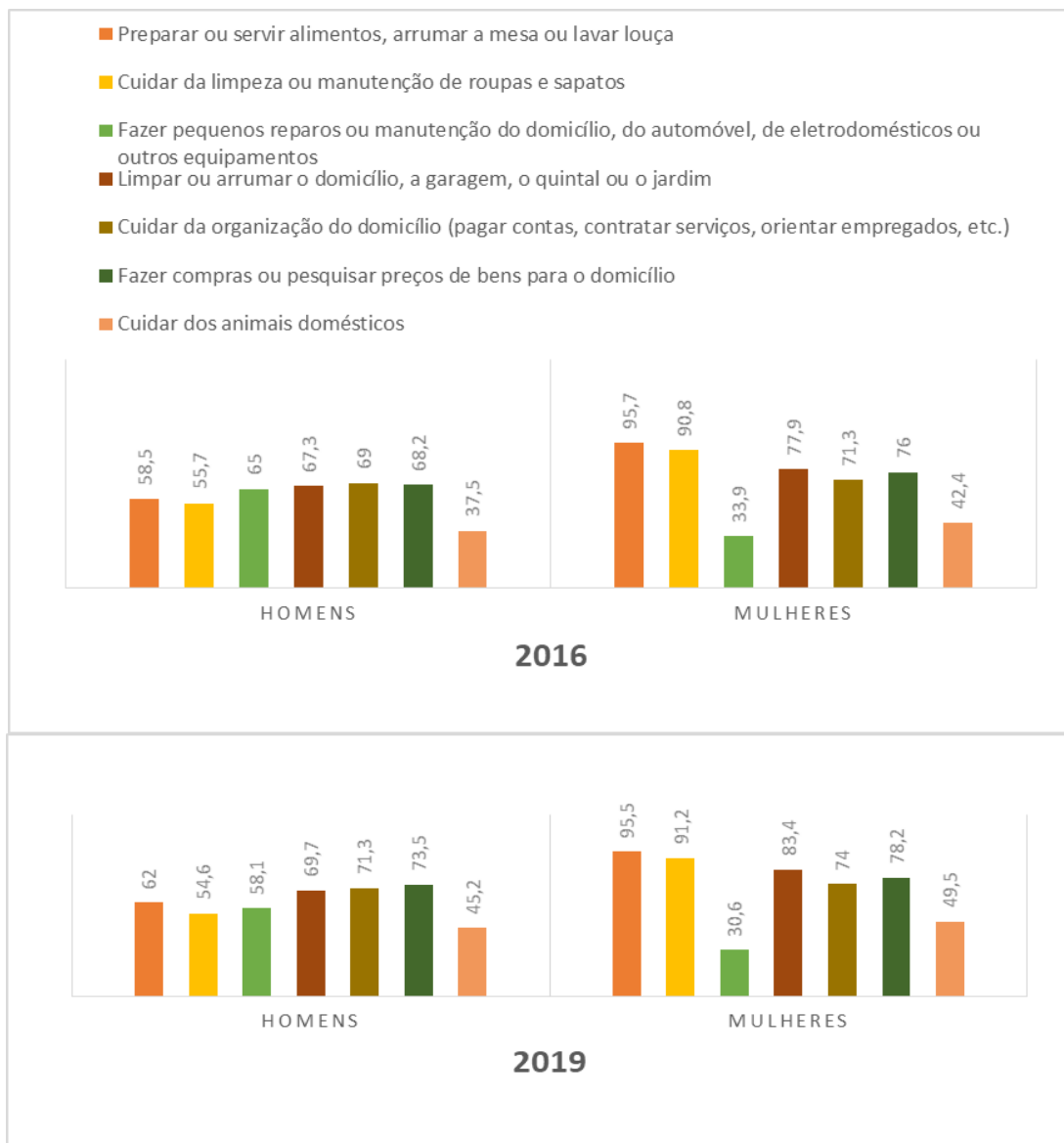
**Gráfico 7 - Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, por sexo, de 2016-2019**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

Com o objetivo de complementar a análise sobre as formas de trabalho, o gráfico 8, apresenta o percentual de pessoas que realizam afazeres domésticos no domicílio, por tipo de atividades domésticas realizada pela população de 14 anos ou mais de idade em idade para trabalhar.

**Gráfico 8 - Pessoas que realizam afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer (%)**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2016 e 2019. Elaboração própria.

Em 2016, as mulheres representaram um aumento do percentual na maioria das atividades listadas, exceto o que diz respeito a pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos.

A maior discrepância ocorrem nas atividades de preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça e cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos, sendo 95,7% mulheres, 58,5% homens e 90,8% mulheres contra 55,7% homens, respectivamente (IBGE, 2017).

Em 2019, o cenário não muda muito, as mulheres obtêm a maior concentração de atividades domésticas, sendo as atividades que mais cresceram foi a realização de pequenos reparos ou manutenção do domicílio, automóvel e equipamentos no geral, seguido de cuidado com os animais domésticos, limpeza ou arrumação do domicílio e arredores e a realização de compras ou pesquisa de preço (IBGE, 2020).

Os dados apresentados ao longo deste capítulo são fundamentais para compreender o papel que a mulher desempenha na sociedade, seja no lar e no mercado de trabalho. Essa informação empírica é a base para o desenvolvimento deste trabalho, são os principais pontos de investigação que garantem a fundamentação das teorias econômicas, que serão explicadas nos próximos capítulos.

## 2 A PERSPECTIVA TEÓRICA DE THOMAS KUHN SOBRE PARADIGMA

### 2.1 A contribuição de Kuhn à ciência

Thomas Kuhn (1922-1996) foi um físico que ofereceu uma nova forma de se pensar a ciência com base no conceito de paradigmas. Em 1962, foi publicado a primeira edição da sua obra mais importante intitulada, “A estrutura das revoluções científicas”. O autor é considerado o responsável por uma tendência histórico-sociológico na filosofia da ciência por contestar teses epistemológicas (BOEIRA, 2009).

Pode-se dizer que a contribuição de Kuhn não é restringir a ciência a fatores externos à prática científica, o autor estimula uma forma de observar a história da ciência a fim de tornar relevante às questões que, antes eram consideradas exclusivamente metodológicas na escolha entre teorias rivais ou métodos de avaliação de hipóteses (ASSIS, 1993; KUHN, 2009). Kuhn define que as ciências sociais ocupam o lugar de construir um objeto de estudo para o aperfeiçoamento da racionalidade humana, onde “o objetivo final é a construção de um novo modelo de racionalidade” (ASSIS, 1993, p. 146).

As atividades científicas, para Kuhn, correspondem a uma “ciência normal” e a maioria das mudanças científicas decorrem de fatores internos à própria ciência, tentativa esta de aumentar o alcance e a precisão da teoria em relação ao mundo real (BIRD, 2012).

A obra “A estrutura das revoluções científicas” (2009), propõe um critério de ciência chamado de “ciência normal”, isto é, a prática cotidiana baseado em premissas paradigmáticas reconhecidas durante algum tempo por uma comunidade científica específica. Realizações essas hoje descritas em manuais, livros que expõe a teoria, aplicações bem sucedidas e experiências exemplares (KUHN, 2009).

O termo “paradigma” foi utilizado por Kuhn como uma estrutura de pensamentos fundamentado em crenças, valores e técnicas, é o conceito fundamental da teoria kuhniana. O paradigma fornece ao cientista de determinada comunidade os fundamentos para desenvolver suas atividades como padrões históricos de prática científica, seja nas ciências exatas às biológicas e sociais, sua proposta consistia em um relato “positivo” (aquilo que é) acerca da ciência (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012; SALDANHA, 2008). O desenvolvimento do paradigma tem como objetivo resolver problemas e tentar explicar os aspectos fundamentais do mundo real relevantes através da experiência (HEMPEL, 1966; CHALMERS, 1994).

Segundo Kuhn, a partir do estabelecimento de um paradigma, oriundo de realizações científicas que se pode conceber uma “ciência normal”. Esta não se restringe apenas a

descobrir novidades, pois qualquer resultado contribui para o avanço científico (ALVES, 2013). O cientista é motivado como uma atividade de “quebra-cabeças”, não podendo cortar ou modificar as peças para obter encaixe, esta é a regra. “O indivíduo que é bem sucedido nessa tarefa prova que é um perito na resolução de quebra-cabeças” (KUHN, 2009, p. 59).

Para convencer um grupo de cientistas de que uma teoria é a melhor candidata para explicar, não necessariamente tudo, mas parte do fenômeno estudado, é preciso apresentar algumas características.

- a) Conseguir com base em promessas de realizações e conquistas efetivas, a adesão de um número suficientemente grande de jovens cientistas que ainda não estejam aferrados a uma concepção específica;
- b) Oferecer solução a toda sorte de problemas ainda não resolvidos ao grupo redefinido de praticantes da ciência (BÉRNI; FERNANDEZ, 2012, p. 87-88).

Kuhn relaciona a “ciência normal” ao desafio e exercício de buscar solucionar o “quebra-cabeças”, servindo para testar a habilidade na resolução de problemas, sendo este um processo evolutivo da ciência como revoluções científicas. O critério que estabelece a qualidade de um bom “quebra-cabeças” não tem a ver com o nível de importância, os problemas mais relevantes no geral não são “quebra-cabeças”, passam a ser anomalias decorrentes do surgimento de determinadas indagações, portanto não há solução possível, as soluções são difíceis de serem alcançadas (RIBEIRO, LOBATO, LIBERATO, 2010; OSTERMANN, 1996).

O cientista deve preocupar-se em compreender o mundo e ampliar a precisão e o alcance do paradigma sobre ele. A existência de uma teoria dominante, sua metodologia e seu instrumento de pesquisa são os principais fatores que relacionam a “ciência normal” à resolução de “quebra-cabeças”, permitindo uma clareza maior tanto sobre as regras quanto sobre os conhecimentos obtidos.

## 2.2. Crise e revoluções científicas

Quando surgem grandes dificuldades explicativas, o paradigma entra em estado de crise, que é solucionada com o surgimento de uma nova teoria. A nova teoria atrai um número crescente de cientistas, até que o paradigma anterior seja abandonado (CHALMERS, 1994).

Segundo Kuhn, “os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras” (KUHN, 2009, p. 66), mas só poderá avançar enquanto a comunidade científica aceita, sem questionar, suas atividades para a solução dos problemas. O período pré-

paradigmático é onde ocorrem os debates legítimos a respeito da solução dos problemas, fundamentado que não há regras para tudo o que existe na prática, existe um processo de desenvolvimento e evolução da ciência constituído em fases (KUHN, 2009).

Existem três fases do desenvolvimento científico, conforme Kuhn. A fase que determina o processo de crise, uma disputa entre concepções distintas de ciência, é caracterizado como uma fase de pré-ciência. Existe uma construção de debate o qual alguns conceitos e pontos comuns são atraídos pelos cientistas, sejam grupos ou isolados, onde as ideias se tornam explicativas o suficiente para atrair membros de outras ciências. É considerada uma fase de disputas, não há uma uniformidade (VIEIRA; FERNÁNDEZ, 2005).

A consolidação da ciência, é definida como ciência normal, a segunda fase do desenvolvimento científico. É o período em que ocorre uma consolidação e aceitação maior do paradigma dominante. As crenças são assumidas e os fundamentos são seguidos, a fim de que os cientistas consigam, a partir disso, construir uma metodologia própria (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

A partir do momento em que a competição dá lugar à estabilidade de um consenso epistemológico, o paradigma da escola que saiu vencedora é assumido em uma aceitação comum, tornando-se a estrutura de uma tradição. Definida a via de um paradigma único - ou, diante da atualização da promessa de sucesso do paradigma - inicia-se a fase chamada “ciência normal” (SALDANHA, 2008, p. 59).

O período revolucionário de um paradigma acontece na terceira fase, denominada de ciência revolucionária. Definido pela ruptura, período de insegurança em que os cientistas não conseguem mais solucionar os problemas reais, exigindo a desconstrução de paradigmas. Essa insegurança é gerada pelo fracasso na resolução dos “quebra-cabeças” da ciência normal, caracterizando um momento de crise em busca de novas regras (KUHN, 2009).

Kuhn ressalta que um paradigma não pode ser rejeitado sem simultaneamente substituí-lo por outro, isso significaria rejeitar a ciência em si e as crises significam o momento para renovar os instrumentos de análise (KUHN, 2009). O momento de crise é quando os cientistas precisam adotar um novo paradigma, que traga uma capacidade explicativa para aquilo que não era mais possível encontrar no paradigma atual. As mudanças capazes de sugerir novas hipóteses e experimentos para o avanço científico ocorrem nos períodos pré-paradigmáticos e durante o período de crise. “Na manufatura, como na ciência – a produção de novos instrumentos é uma extravagância reservada para as ocasiões que a exigem” (KUHN, 2009, p. 105).



A figura 1, representa o progresso científico de Kuhn, a fase pré-científica é o momento em que há disputas entre escolas de pensamento, ou seja, a coexistência de diversas teorias alternativas, inclusive criação de metodologias próprias para explicar determinado fenômeno. Nesta fase, não existe padrão de regras e não há paradigma dominante, todos os fatos pertinentes para o desenvolvimento científico tem probabilidade de parecer relevante, esta é a fase para justificar conceitos e métodos. O período pré-científico se caracteriza em uma atividade desorganizada, sem metodologia comum ou um conjunto delimitado de problemas (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012; ALVES, 2013; KUHN, 2009).

A segunda fase é conhecida como ciência normal, quando a comunidade científica tem um paradigma estabelecido, engloba posicionamento sobre os problemas próprios do campo de investigação, o tipo de resposta da pesquisa, os métodos ou recursos que são considerados legítimos. A escolha de um paradigma está amparada em valores cognitivos que a comunidade respeita e compartilha no consenso ontológico a respeito do mundo (BÊRNI; FERNANDEZ; 2012).

Um paradigma, para Kuhn, inclui além dos valores cognitivos a adequação empírica, simplicidade, a força ou abrangência, consistência entre as teorias de um paradigma e coerência com outras teorias já aceitas. O paradigma é visto como um modelo a ser seguido pela comunidade científica de uma área de pesquisa (ALVES, 2013).

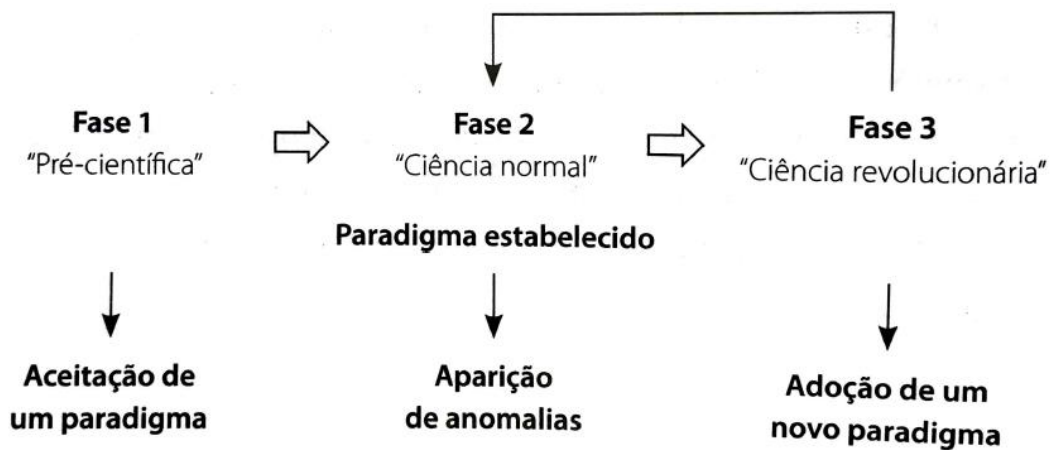
Quando surgem aparições de anomalias de um paradigma, como desajustes nas teorias vigentes levando a um sentimento de “funcionamento defeituoso”, os participantes de um paradigma costumam defendê-lo, desconsiderando as anomalias de forma incontestável, o que Kuhn denomina de “cegueira paradigmática”, onde os paradigmas “impedem” os cientistas de enxergar, nos testes empíricos, aquilo que os outros cientistas, pertencentes a paradigmas rivais, veem (BARTELMÉBS, 2012; KUHN, 2009; BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

Os cientistas são “equipados” a enxergar determinados objetos e não outros, nota-se a impossibilidade do pesquisador de se manter distante do que não é seu objeto de estudo (MOTTA-ROTH, 2003). Não haveria portanto como um cientista ser totalmente convencido a migrar para outro paradigma, concorrente ao seu, baseado em argumentos empiricamente racionais, por refutações no momento em que anomalias são encontradas nos testes empíricos. O cientista seria obrigado a dar um “salto de fé”, fazendo uma aposta acerca do êxito futuro daquele candidato a novo paradigma (BARTELMÉBS, 2012; KUHN, 2009; BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

Dentro da ciência não-exatas entre as teorias, segundo Feitosa e Barbosa (1997, apud SALDANHA, 2008), há uma falta de comunicação e de relação, por ser “saltos” não há continuidade e sim ruptura. Enquanto as ciências exatas há uma descoberta, nas ciências sociais e humanas há um objeto mutante e acelerado de se compreender uma instabilidade social (SALDANHA, 2008).

O surgimento de um novo paradigma não garante a possibilidade exata de resolução dos “quebra-cabeças”, mas assegura outro período de ciência normal, sendo esta a terceira fase conhecida como “ciência revolucionária” (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

**Figura 1 - Fases do desenvolvimento científico, segundo Kuhn**



Fonte: Bêrni; Fernandez (2012), p. 86.

Os paradigmas são importantes porque fornecem ao cientista nele inserido uma visão de mundo coesa e única. Trata-se de um elemento psicológico chamado de teoria da *Gestalt*, que explica como a comunidade científica educa seus membros. “Não se trata de um “ver” ou “perceber” comum a todos, em razão de uma estrutura comum, mas de uma percepção condicionada pela educação específica” (BOEIRA; KOSLOWSKI, 2009, p. 94).

Segundo Kuhn, em períodos de revolução científica, quando muda o paradigma dominante, a percepção do cientista precisa ser reeducada, “deve aprender a ver uma nova forma (*Gestalt*) em algumas situações com as quais já está familiarizado” (KUHN, 2009, p. 148).

A Teoria da *Gestalt* tem uma contribuição importante no conhecimento científico, resulta em um *insight*<sup>3</sup> referente à solução de um problema abandonando uma concepção

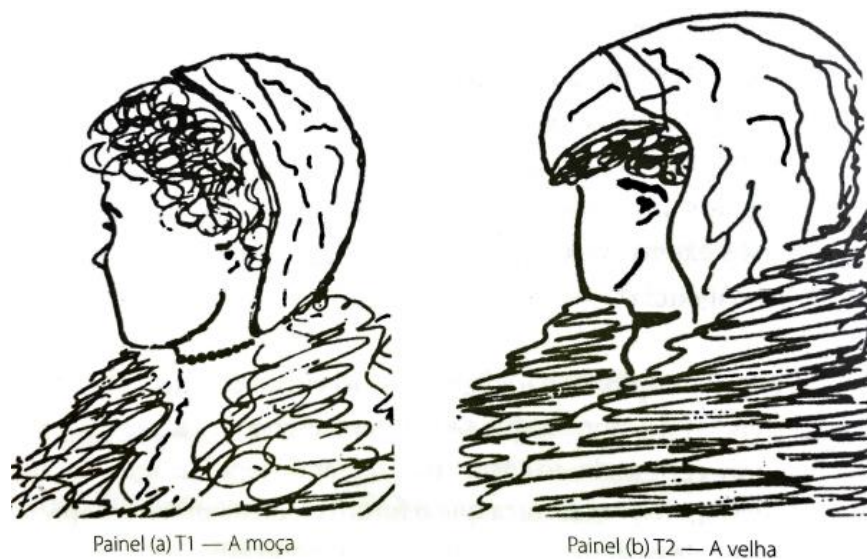
<sup>3</sup> A experiência de “compreender” algo, o “por quê”, a apreensão de uma relação inteligível, isto é, que depende das características efetivas dos eventos relacionados” (CHOLFE, 2009).

empirista baseada na experiência e revelando uma nova percepção que até então estavam ocultas e desconhecidas (CHOLFE, 2009).

Quando o cientista começa a aprender a lidar com a nova ideia científica dominante, ou seja, seu “novo mundo”, o seu campo visual se altera. Em geral depois de um período que suas visões se encontravam confusas, ocorre a assimilação sobre a visão anterior (anômala), que reage sobre seu campo de visão e se modifica, o cientista assim passa por um processo de transformação revolucionária da visão (KUHN, 2009).

A figura 2 mostra duas imagens de uma moça e uma velha, representa dois paradigmas kuhnianos onde expressa as duas visões de mundo, segundo a teoria Gestalt, aquilo que o paradigma ensina (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

**Figura 2 - Visões da mesma realidade**



Fonte: Bêrni; Fernandez (2012), p. 92.

Nesta figura T1 representa a teoria do equilíbrio geral e T2 expressa a teoria marxista. A visão de mundo T1 acredita no equilíbrio de preços e quantidade ao longo prazo, enxergando uma moça e o T2 enxerga o mundo econômico cindido pela luta de classes entre capitalistas e proletários. Ao examinar os testes empíricos, T1 visualiza a moça, que observa o lado direito a linha do horizonte e T2 visualiza a velha, que olha para a diagonal secundária, sendo assim os dados empíricos já estão impregnados de teoria. Como conclusão, cada grupo científico observará aquilo que o paradigma ensinou a observar, os integrantes do paradigma da moça não conseguirão enxergar a velha, e vice-versa. De acordo com a teoria Gestalt,

monta-se uma perspectiva e um olhar da mesma realidade, fazendo o cientista assumir uma nova aparência (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

As ciências econômicas, seguem hoje o *mainstream*, que captura elementos das ciências exatas e naturais. Passou a produzir suas próprias teorias e independência com relação às ciências da natureza e às demais ciências sociais, se dedicando ao comportamento dos indivíduos. Nesta ciência ocorre o desafio de que quando ocorre aquilo que considera-se uma “revolução científica” *à la Kuhn*, o que costuma observar é que não ocorre a extinção por completo de um paradigma, mas sim a simultaneidade deles. É como se a ciência econômica ainda vivesse o período de pré-ciência segundo Kuhn (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012; LEITE, 2016).

Segundo argumenta Saldanha (2008), não há eliminação absoluta das teorias pois algumas ideias sobrevivem e continuam se manifestando dentro da ciência, o que existe é uma coexistência e a retroalimentação de teorias, sendo algumas mais utilizadas que outras dependendo da visão interpretativa que cada pesquisador sugere.

Os cientistas não costumam debater a respeito do que faz um problema ou uma solução ser legítima. Há dois pontos fundamentais que respondem isso, o primeiro é a falta de regra que guia a tradição para a ciência normal e a segunda baseia-se na educação científica, frutos de instrumentos intelectuais construídos historicamente e aplicações práticas na resolução de problemas (KUHN, 2009).

Para Kuhn (2009), uma comunidade de especialistas científicos fará o possível para assegurar que seu paradigma seja mantido e tendem a ser particularmente cego para outros, dependendo do poder de escolha e interpretações anômalas das demais teorias ao colocá-las em confronto com a realidade. O fato é que Kuhn atribuiu um papel epistemológico relevante à história da ciência, julgando que as controvérsias entre paradigmas não poderiam ser decididas de maneira normal de refutação, mas sim a partir da teoria Gestalt (MENDONÇA, 2012).

Nesse aspecto, a teoria neoclássica, marxista e a economia feminista, cada paradigma tem uma visão de mundo diferente sobre a realidade perante a situação da mulher no mercado de trabalho, tema de estudo deste trabalho. Cada paradigma restringe os fatos a serem observados pela comunidade científica, permitindo o aperfeiçoamento e a especialização, sendo assim conseguem instaurar a concordância em torno das questões fundamentais de cada um dos paradigmas (MENDONÇA, 2012).

A aplicação kuhniana na ciência econômica deixa de lado a impossibilidade da existência de paradigmas competidores, a ideia do paradigma vitorioso ser incompatível com

seu predecessor e a percepção de teorias superiores às outras. Existe a possibilidade da coexistência de várias escolas de pensamentos como neoclássica, marxista e economia feminista, que não são necessariamente compatíveis entre si (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012).

Considerando os dados empíricos expostos no capítulo 1, os próximos capítulos a seguir irão retomar a questão da teoria *Gestalt* proposta por Thomas Kuhn, trazendo o alcance teórico pertinente para o problema apresentado.

### 3. PARADIGMA NEOCLÁSSICO E AS DESIGUALDADES DO MERCADO DE TRABALHO ENTRE OS SEXOS

O atual capítulo tem como objetivo apresentar o paradigma neoclássico, acerca da situação da mulher no mercado de trabalho, tratando da divisão sexual do trabalho, desigualdades salariais e economia familiar, apresentando argumentos referentes à comunidade científica neoclássica.

#### 3.1. Neoclássicos: racionalidade econômica e características do mercado de trabalho

A teoria neoclássica é uma abordagem pioneira no uso de ferramentas afim de estudar o comportamento humano. Schultz (1902-1998), membro desta corrente de pensamento neoclássica, atribuiu a importância de pensar os problemas econômicos sociais e políticos como essenciais na pesquisa econômica. O autor aprecia a relação de interdependência entre a investigação empírica e teórica, na tentativa de propor soluções aos problemas sociais (MONTEIRO, 2016).

A escola neoclássica econômica faz parte da corrente de pensamento da economia ortodoxa, também conhecida como *mainstream economics*, se destacou no século XIX, diante da crise financeira de 1929. O pensamento clássico perde espaço para o pensamento marginalista, conjuntura em que o capitalismo concorrencial é substituído pelo capitalismo monopolista, se destacando as grandes empresas (REBÊLO, 2017).

O mercado se configura diante de oscilações, formando os marginalistas com a percepção da economia como ciência escassa, enquanto os clássicos assimilam a economia como aspecto social (REBÊLO, 2017; TEIXEIRA, 2017).

Um dos conceitos da teoria neoclássica se baseia em um esboço da ideia de *homo economicus*, que surge a primeira vez com John Stuart Mill com a obra “Da definição de economia política e do método de investigação própria a ela”, publicada pela primeira vez em 1836. O autor analisa o indivíduo como agente racional com desejo de possuir riqueza (GRECCO, 2018).

Para Juruá (2000, apud TEIXEIRA, 2017), os princípios do *homo economicus* são:

- (i) A razão psicológica essencial a toda a atividade humana é o interesse pessoal. Este primeiro princípio é então afetivo, pois define a única razão da atividade econômica;
- (ii) O homem não obedece senão à razão;
- (iii) O sujeito é universal, o interesse pessoal e a racionalidade são válidos em todos os lugares e em todas as épocas;
- (iv) O homem está perfeitamente informado, tem conhecimento da

totalidade das consequências de todas as possibilidades das ações que se lhe oferecem; (v) O homem vive o presente num tempo linear, não tem lembranças nem tem a capacidade de prever; (vi) Ele está só e, portanto, livre dos outros homens, ou seja, não existem determinismos que lhe sejam exteriores (TEIXEIRA, 2017, p. 87).

Em meados do século XX, a teoria econômica neoclássica aponta que a racionalidade tornou-se mais importante que só as motivações por desejos e o *homo economicus*, além de ser um agente maximizador de utilidade, também é um agente economizador. Esse paradigma apresenta um estudo de que as sociedades empregam seus recursos nas atividades produtivas com a finalidade de aumentar sua satisfação ao passo que os consumidores e as firmas, enquanto empregadores se baseiam na teoria do valor, distribuição, rendimento e na análise marginal, prevalecendo a racionalidade econômica (GRECCO, 2018; REBÊLO, 2017; TEIXEIRA, 2017).

Do ponto de vista neoclássico, o nível de emprego e o salário de equilíbrio é determinado pela interseção entre as curvas de oferta e demanda, considera também que os trabalhadores são livres para escolher seus empregos baseado em gostos, habilidade, remunerações e na capacidade individual de capital humano. Já a oferta de trabalho é baseada em qualificações e investimento em capital humano de cada indivíduo (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

A economia neoclássica abrange a determinação dos salários, visto que o período da emancipação marginalista é marcado pela prosperidade dos países ocidentais onde os salários melhoravam e os sindicatos se ampliavam, porém, outros países passavam por processos de turbulência econômica regido por depressões e desajuste dos preços e níveis de renda, sendo a corrente marginalista vista como resposta às questões atuais. Assim, surge Alfred Marshall, autor de “Princípios de economia”, publicado em 1890, um dos fundadores da economia neoclássica que contribuiu para os principais fundamentos das movimentações de atividades econômicas (RÊBELO, 2017).

### 3.2. As causas da diferença salarial e participação de homens e mulheres na esfera familiar

A participação das mulheres no mercado de trabalho, como escolha maximizadora da utilidade familiar foi intensificada ao longo dos anos, porém os homens ainda são a maioria. A teoria neoclássica explica que as mulheres também optam pela inserção no mercado de trabalho como forma de maximizar a utilidade da família, sendo a renda das mulheres um ganho marginal com relação a recebida pelos homens. Os salários mais elevados entre os

homens leva a diminuição do trabalho doméstico realizado por eles e o aumento relativo no mercado de trabalho (MADALOZZO, 2010).

Por influência do cenário histórico, Schultz, economista da Escola de Chicago, analisa existir uma substituição entre a qualidade e quantidade da demanda do mercado de trabalho. Ao longo do tempo, o aumento da demanda por qualidade aumentou, um fator que demonstra isso é a redução do número de filhos das famílias. Com isso, países tem buscado avançar na qualidade da população por meio de conhecimento e ensino técnico, de modo a favorecer as conquistas econômicas. Schultz se preocupava essencialmente com a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente em países mais pobres (BECKER, TOMES 1976; ROSENZWEIG, WOLPIN 1978, apud MONTEIRO 2016).

A teoria neoclássica hoje se utiliza do conceito capital humano para analisar as diferenças entre homens e mulheres quanto aos salários, oportunidades, educação, entre outros fatores assimétricos da população, sobretudo na temática familiar. Por capital humano entende-se todas as características de pessoas que influenciam a produtividade no mercado de trabalho, associados a sua escolaridade e experiência. A educação passa a ser vista como um investimento, fonte maximizadora de rendimentos ao longo da vida produtiva (CHAVES, 2002; TEIXEIRA, 2017).

Gary Becker (1930-2014), foi o autor que contribuiu para o desenvolvimento do capital humano, concedeu um método teórico esclarecendo que os custos e benefícios de melhorar a produtividade no mercado de trabalho são escolhas racionais e individuais, onde a taxa marginal de retorno deve ser igual ao custo de oportunidade (MONTEIRO, 2016; TEIXEIRA, 2017).

Becker utiliza a teoria microeconômica para criar um modelo de comportamento das famílias, discorre sobre as escolhas das famílias entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado baseado da produtividade de cada um no ambiente familiar. Defende que a opção entre produzir os bens no domicílio ou adquiri-los no mercado é feita baseado nos preços (COELHO, 2011; TEIXEIRA, 2017). O autor inclui na análise a “Nova Economia Doméstica”, que coloca as decisões da família como maximização da utilidade, reforçando o homem como chefe de família (BOHN, 2017).

O autor, ao analisar o ambiente familiar aponta que o aumento do salário das mulheres aumentava também seu custo de oportunidade perante os afazeres domésticos. Portanto, um salário menor acarretaria a um menor custo de oportunidade, também no mercado de trabalho (MONTEIRO, 2016; TEIXEIRA, 2017).



Becker aponta estar de acordo com as reivindicações do movimento feminista de *slogan* “equal pay for equal work”. Dessa forma, o modelo de Becker associa o comportamento discriminatório dos indivíduos a cálculos entre custos e benefícios, fruto de irracionalidade, para ele, o capital humano é patrimônio exclusivo de cada indivíduo (CHADAREVIAN, 2009; TEIXEIRA, 2017).

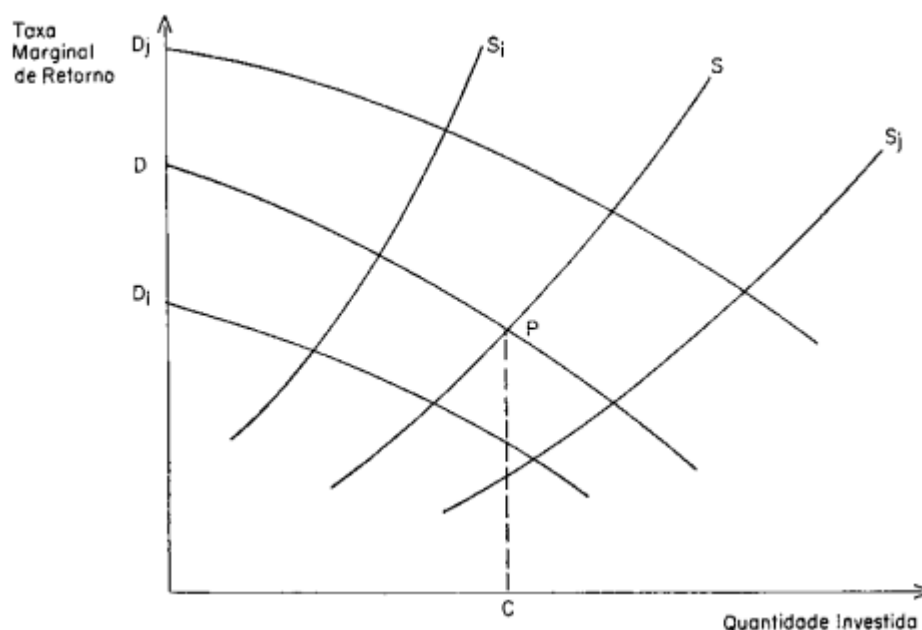
O capital humano atinge as características dos indivíduos que possam produzir fluxo de retorno, baseado na educação ou treinamento relacionado ao número de anos de estudo, que segundo os economistas neoclássicos, são questões fundamentais na determinação da distribuição de renda. Logo, as pessoas tendem a investir em educação com a intenção de maximizar seu nível de renda afim de garantir o nível de consumo desejado (LIMA, 1980).

“Na medida em que o investimento em capital humano é realizado sobretudo em educação (muito particularmente em educação formal), as diferenças de qualidade de mão-de-obra são vistas principalmente como diferenças em habilidade cognitiva. [...] Estabelece-se uma relação direta envolvendo habilidade cognitiva [...] e produtividade da mão-de-obra” (LIMA, 1980, p. 219).

O modelo neoclássico explica os níveis de salários para diferentes intensidades de capital humano a partir da equação da renda:  $E = X + rC$ , onde  $C$  mede os custos totais de investimento em capital humano,  $r$  a taxa média de retorno e  $X$  os rendimentos quando o capital humano é nulo. Ignorando  $X$ ,  $E$  depende apenas de  $r$  se o  $C$  for mantido constante. Para compreender melhor a relação entre investimento em capital humano e renda, comparando com as curvas de demanda e oferta, a função demanda ( $D$ ) é relacionada com os investimentos individuais com as taxas marginais de retorno e a oferta ( $S$ ) com a quantidade de financiamento que se pode obter para os investimentos com as taxas marginais de juros. O que cada indivíduo racionalmente investe em capital humano será baseada na taxa de retorno, que são determinadas pela interseção das curvas de oferta e demanda (LIMA, 1980).

O gráfico 8 abaixo, apresenta as curvas de oferta como diferentes oportunidades relacionadas a curva de demanda das diferentes de “habilidades” individuais, segundo a teoria do capital humano. A taxa de retorno será diferente conforme a maior ou menor “habilidade” de cada um, demonstrando que as pessoas com mais “habilidade”, pagará juros menores (LIMA, 1980).

**Gráfico 9 - Investimento em capital humano e a taxa de marginal de retorno**



Fonte: Lima, 1980, p. 249.

A abordagem neoclássica de Marshall na obra “Princípios de economia”, aborda a educação como o elemento central a fim de aumentar a eficiência capitalista. Segundo o autor, o capital humano é o meio de investimento mais valioso unida a participação de mulheres capazes de manter a felicidade do lar, desse modo as duas variáveis juntas contribuem para a melhoria da força de trabalho como um todo (TEIXEIRA, 2017; MARSHALL, 1982).

Enquanto que, para Becker o capital humano é um patrimônio exclusivamente do indivíduo racional, Marshall tem uma concepção mais clássica e ampla de que capital humano é o patrimônio de um país (TEIXEIRA, 2017).

Teixeira (2017), a partir de Marshall conclui que:

As mulheres casadas não deveriam ter empregos e propunha o salário-família a ser pago aos homens trabalhadores. Segundo Marshall, esses requisitos não são exclusivos de determinada ocupação, mas estão presente em todas e podem ser denominadas de “habilidade geral”. Essas habilidades, para o autor, dependem, em grande parte, do ambiente da infância e da juventude e nisso a primeira e mais poderosa influência é a da mãe (TEIXEIRA, 2017, p. 92).

No âmbito familiar, a mulher exerce a tarefa natural de cuidado com a família e a preservação das necessidades do lar, mas não exclui a participação masculina, principalmente nas classes sociais mais baixas. Em situações de baixa renda, os filhos do casal podem apresentar insuficiência de oportunidades caso a educação do lar for insuficiente devido as condições de renda inadequada (TEIXEIRA, 2017).

Na corrente marginalista, o trabalho é visto como assalariado, sendo este o meio que o trabalhador realiza seu esforço em troca de alguma vantagem material – mercadoria – para si. Os salários abaixo do nível de subsistência, representam um custo social, portando, Marshall considera como solução a intervenção governamental a fim de melhorar a qualidade de vida e conseqüentemente melhorar a oferta da força de trabalho, tornando os trabalhadores eficientes para o país (TEIXEIRA, 2017).

Os empregadores preferirão os trabalhadores mais baratos, racionalmente, nesse caso as mulheres. Na ocorrência de diferenças salariais entre os trabalhadores, homens e mulheres igualmente produtivos, com o tempo se espera que essa situação se torne desprezível e isso elevará os salários das mulheres, garantindo condições de vida das gerações futuras, evitando o círculo vicioso de pobreza, degradação e baixa produtividade (CASTAÑO, 1999; FURNO, 2015).

Ao longo do tempo, o mercado tenderia a expulsar as empresas que discriminam seus funcionários, dado que este tipo de comportamento tende a reduzir a produtividade (CHADAREVIAN, 2009). As diferenças salariais se justificam devido as imperfeições do mercado, como a existência de monopólios e grupos de pressão, como os sindicatos majoritariamente masculinos, que pressionam impedindo que as mulheres tenham salários maiores. A determinação dos salários, se dá pelas condições de demanda em um cenário de livre concorrência onde as firmas são maximizadoras de lucro e minimizadoras de custos (CASTAÑO, 1999).

Os autores neoclássicos reconhecem a importância dada a vida e ao trabalho familiar, principalmente no cuidado das crianças, mas para assegurar a força de trabalho e o “bem-estar” do capitalismo (CARRASCO, 1999).

A incorporação familiar na análise neoclássica tem como referência a microeconomia, que coloca as decisões individuais como resultado da maximização de utilidade, reforçando os homens como chefe de família (BOHN, CATELA, 2017; TEXEIRA, 2017). O autor Gary Becker faz uma contribuição a análise dividindo o tempo em produção e consumo, considerando o trabalho doméstico como tempo de consumo para a formação de bens públicos para a família (MADALOZZO, 2010).

A teoria neoclássica identifica que a dinâmica familiar responde a lógica de maximização das vantagens comparativas e sobretudo dos custos de oportunidade, tornando natural os papéis desempenhados entre homens e mulheres (CAMPOS, 1991).

Um aspecto que aumenta a participação das mulheres nos afazeres domésticos e de cuidados é a presença de crianças, pois a maternidade é vista como uma questão de cidadania

e essa é uma forma de garantir a continuidade do processo de produção e reprodução para a manutenção do capitalismo. Os afazeres do domicílio e cuidado dos filhos são fundamentais para garantir a força de trabalho, portanto cabe ao Estado desenvolver programas de proteção social para suprir àquelas necessidades que o mercado não consegue devido as falhas estruturais (TEIXEIRA, 2017).

**Tabela 2 – Tabela Síntese do Paradigma Neoclássico**

Valores	Técnicas	Metodologias
Abordagem pioneira no uso de ferramentas afim de estudar o comportamento humano.	Lógica de maximização das vantagens comparativas e sobretudo dos custos de oportunidade, sobretudo o capital humano.	Método para esclarecer que os custos e benefícios de melhorar a produtividade no mercado de trabalho são escolhas racionais e individuais.

#### **4. PARADIGMA MARXISTA E O PAPEL ECONÔMICO DAS MULHERES NO TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO**

Este capítulo expõe uma análise do paradigma marxista, esclarecendo uma percepção coesa entre a produção e a reprodução social da mulher como parte do sistema capitalista. O enfoque marxista incorpora questões de luta de classes e exploração, que acredita afetar as relações sociais e econômicas entre os sexos.

O método marxista consiste acompanhar o movimento do fenômeno econômico, a partir do método histórico e materialista, identifica o patriarcado como a estrutura social essencial para compreender a condição social das mulheres (CASTAÑO, 1999; TEIXEIRA, 2017).

O cerne da teoria marxista está na obra “O capital” de Karl Marx, publicado em 1867, obra qual apresenta a estruturação do sistema capitalista. Nesta obra o autor vê o trabalho como uma atividade humana que é materializada ou objetivada em valores de uso (MARX, 1988).

Segundo Marx, o processo de trabalho possui duas dimensões: é orientado a fim de produzir valor de uso, ou seja, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas e o valor aparece no sistema de produção capitalista fundamentado na venda da força de trabalho humana como mercadoria (MARX, 1988).

O livro “O Capital”, argumenta que a força de trabalho é por ela mesmo produzida e reproduzida não da produção capitalista, mas sim por laços familiares. A teoria da reprodução social, conceito marxista, mostra como a produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado, onde a produção é sustentada pela reprodução social (BHATTACHARYA, 2013).

O desenvolvimento marxista evidencia os conflitos existentes,

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção; pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro. (ENGELS, em MARX e ENGELS, s/d, p.7-8 vol.3 apud TEIXEIRA, 2017).

As primeiras contribuições marxistas, sob o olhar clássico, não aborda a relação entre classe e gênero. Para Engels, a operação feminina surgiu da necessidade dos homens em garantir que fossem herdeiros “legítimos” das propriedades. As mulheres iniciaram na classe operária por meio do capitalismo, mas a questão de alienação do capital era evidente independente de gênero ou raça (TEIXEIRA, 2017).

Embora se reconheça as críticas marxistas ao mercado, a diferenciação do trabalho produtivo e improdutivo é uma das questões mais significativas deste paradigma. O capitalismo transfere a produção doméstica para as manufaturas e indica uma inferioridade. A incorporação feminina se dá de forma marginal à produção capitalista, onde as mulheres passaram a ser vistas, naturalmente, como um estoque de trabalho reserva, assumindo postos de trabalho que sofriam escassez e eram as primeiras a serem dispensadas – como durante o período de guerras (MIGUEL, 2017).

A emancipação<sup>4</sup> feminina, assim como a de toda a sociedade, só ocorrerá com a emancipação do trabalho do capital, onde os trabalhadores conquistem seus direitos oriundo de uma revolução que os liberta da exploração capitalista (CISNE, 2018).

O autor Lênin (1980) reconhece a igualdade entre os sexos uma das questões primordiais para o socialismo. Expõe que o socialismo não é possível ser atingido enquanto as mulheres não participarem livremente da vida pública, pois no capitalismo as mulheres são vistas como “escravas domésticas”.

#### 4.1. As manifestações da segregação ocupacional entre os sexos

Na economia tradicional, o trabalho doméstico era atribuído ao lugar “natural” das mulheres na esfera privada, onde assumiam apenas o papel de mãe, cuidadora e dona de casa e além disso, eram consideradas como fisicamente debilitadas para desempenhar outras funções devido as menstruações e gestações (ANDRADE, 2015). Portanto, as diferenças poderiam ser eliminadas à medida que o trabalho no sistema capitalista se torne cada vez mais homogêneo (TEIXEIRA, 2017).

A “fraqueza” feminina era vista como empecilho à participação da mulher na vida pública através das atividades laborais e políticas, desde das concepções pré-capitalistas. Referências presentes na obra “A origem da família, da propriedade e do Estado” de Engels,

---

<sup>4</sup> Segundo o dicionário marxista, o sentido de emancipação aqui mencionado se refere a uma contraposição entre a visão liberal de liberdade em termos de eliminação dos obstáculos à emancipação humana, próximo a uma condição humana digna (BOTTOMORE, 1988).

publicado em 1884, supõe que haveria um padrão universal de família que contribui para o entendimento da opressão feminina, tornando as mulheres dependentes dos homens por contingências materiais. Engels foi fundamental para compreender esses aspectos históricos (ANDRADE, 2015).

No tocante à “questão da mulher”, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica” (MORAES, 2000, p. 89).

Engels (1884) reconhece a subordinação das mulheres aos homens como um marco na luta de classes, que também é reafirmada na obra “Manifesto Comunista” de 1848. Marx e Engels influenciaram feministas de esquerda a formular a teoria da opressão, que identifica a exploração da mulher no mercado e sua posição e papel no lar (MORAES, 2000).

O conflito a luta entre as classes sociais, faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora. [...] O ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais (CISNE, 2005, p. 4).

O pertencimento de classe acarreta na individualidade de vivência da mulher, como a expectativa de ter filhos, não podendo separar a esfera econômica da esfera doméstica. Além disso, a desvalorização das tarefas de cuidado designada às mulheres faz com que o capitalismo evite “o confronto entre a prioridade dada pelo capital ao valor de troca e a demanda social por valores de uso” (MIGUEL, 2017, p. 1228).

August Bebel (1840-1913) aponta ser um absurdo direcionar as mulheres apenas para a vida doméstica, menciona que cabe a sociedade proporcionar as condições necessária para o desenvolvimento mental físico e psicológico das crianças, além de garantir a saúde, também garantir a educação, arte e lazer e assim os pais teriam mais tempo livre para desenvolvimento pessoal (ANDRADE, 2015).

Partindo da conjectura de que as mulheres estavam fora do processo de produção capitalista e se proletarizaram à medida que o processo de acumulação avançou. Portanto, as diferenças do mercado de trabalho ficaram acentuadas visto que as mulheres não possuíam sequer direito a propriedade (TEIXEIRA, 2008).

Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam sendo responsáveis pelo trabalho doméstico. A divisão sexual do trabalho, segundo a perspectiva marxista, é refletido no mercado de modo que as mulheres desempenham os empregos que são uma prolongação das atividades que já fazem em seus domicílios, tarefas relacionadas ao cuidado, estendendo a noção de exploração e constituindo em uma reserva flexível de mão de obra barata no mercado de trabalho (CASTAÑO, 1999).

Uma das formas de reduzir a dependência das mulheres no trabalho de cuidado seria a implementação de políticas públicas que cortem os lucros do capitalismo, como por exemplo, promover assistência médica que garanta a saúde e o cuidado da família gratuitamente (BHATTACHARYA, 2013).

O sistema capitalista é resistente a demandas por mudanças institucionais que melhorem as condições de trabalho das mulheres, a melhor forma de garantir direitos é a partir de organizações trabalhistas por meio de sindicatos. O capitalismo coloca o fardo no cuidado da família às mulheres como meio de tornar a classe trabalhadora menos resistente aos ataques do trabalho, segundo a visão dos marxistas revolucionários (BHATTACHARYA, 2013).

As mulheres são fundamentais para a condição humana, mas enquanto permaneciam excluídas do trabalho socialmente produtivo e exclusivamente no trabalho doméstico, não era possível sua emancipação. O problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação foi reconhecida a partir do século XIX com os pensadores socialistas. Assim, a posição da mulher mudaria na estrutura social e as atividades, antes prestadas apenas por mulheres, seriam convertidas em serviços públicos prestados por profissionais de ambos os sexos (MITCHELL, 2006; ANDRADE, 2015).

O marxismo clássico, mesmo que muito importante para a análise da mulher no mercado de trabalho, trazendo as raízes da opressão sofrida pelas mulheres e as relações de poder existente, não consegue explicar as relações de gênero que existem no trabalho doméstico, pois dá pouca visibilidade ao trabalho reprodutivo das mulheres. O trabalho doméstico visível por este paradigma, surge a partir de 1960, junto ao estudo da segunda onda do feminismo (TEIXEIRA, 2017).

Surgiram análises que destaca a participação feminina enquanto trabalho não remunerado na reprodução social, autoras como Hartmann (1979 e 1981) e Folbre (1982) contribuíram para críticas ao marxismo ortodoxo (TEIXEIRA, 2017).

A sociedade como um todo propiciaria condições melhores para que as mulheres ao tornarem elas economicamente independente, livre da dominação e exploração que exigia as



condições da época que as consideravam biologicamente destinadas apenas ao trabalho doméstico. Assim, tornam-se livres para desenvolver as atividades intelectuais e suas habilidades próprias (MITCHELL, 2006; ANDRADE, 2015).

Dessa forma, uma emancipação das mulheres é vista como uma possibilidade, quando se alterar as estruturas produtivas, visto que esta é a principal causa de desigualdade, segundo o paradigma marxista clássico.

Segundo Andrade (2015), a medida que ocorrem as transformações estruturais do mercado, as necessidades domésticas seriam supridas por serviços capitalistas, conseqüentemente o trabalho doméstico diminuiria conforme as mulheres ganham mais envolvimento com a produção mercantil.

Para Engels, em Marx e Engels (s/d) (apud TEIXEIRA, 2017, p. 107), “a emancipação das mulheres só se torna possível quando elas podem participar em grande escala, em escala nacional, da produção, e quando o trabalho doméstico lhes toma apenas um tempo insignificante.”

As atividades domésticas, majoritariamente designada às mulheres, fornece meio de subsistência e assistência para os membros da família que ainda não trabalham ou que por condições de saúde, não podem mais exercer suas antigas profissões. Portanto, quanto menos os trabalhadores formais precisarem se ocupar com sua própria manutenção – trabalho doméstico gratuito ou a compra de bens e produtos do mercado –, maior será o consumo produtivo de sua capacidade de trabalho através do capital. As mulheres que realizam as atividades domésticas não eram consideradas trabalhadoras, senão por intermédio de seus maridos (ANDRADE, 2015; FURNO, 2015).

O consumo da força de trabalho pelo capitalista, como meio para a autovalorização do capital depende da constante manutenção e reprodução biológica e social da classe trabalhadora, mesmo que o consumo individual dos meios de subsistência se dê na esfera familiar, ou seja, fora do ambiente de produção. O trabalho reprodutivo<sup>5</sup> e improdutivo, segundo a perspectiva marxista clássica, é aquele ligado a serviços fora da reprodução da força de trabalho, dessa forma o trabalho destinado ao mercado é aquele considerado o principal em relação ao não-mercantil (ANDRADE, 2015; FURNO 2015).

---

<sup>5</sup> Este conceito de trabalho reprodutivo possui três dimensões: 1) a reprodução biológica relacionada a procriação e aos cuidados das crianças; 2) a reprodução da força de trabalho, àquela associada a manutenção cotidiana da força de trabalho, por exemplo, a educação e socialização; e 3) reprodução social que implica o acesso ao controle dos recursos econômicos para as futuras gerações (TEIXEIRA, 2017).

#### 4.3. Contribuição marxista acerca da subordinação das mulheres na sociedade capitalista

Na perspectiva marxista, quanto ao mercado de trabalho, os capitalistas naturalmente mantêm uma parcela de desempregados porque isso permite uma reserva de trabalhadores de modo que os salários se mantenham próximos ao nível de subsistência, dado o contexto do sistema econômico capitalista ser traduzido a instabilidades e crises econômicas, evidenciando a desigualdade na distribuição de salários (OLIVEIRA, PICCININI, 2011).

O que permanece nos modos de produção é a prioridade dos homens na esfera produtiva (a produção de valor), no espaço público e de poder e as mulheres na esfera reprodutiva (produção de valores de uso não mercantis). “O capitalismo, enquanto um sistema político e ideológico utiliza-se das diferenças sexuais para aprofundar seu processo inerente de aprofundamento das desigualdades” (FURNO, 2015, p. 3).

A visão do paradigma marxista clássico, acredita que a emancipação feminina ocorrerá quando houver uma sociedade que reconheça a emancipação do trabalho do capital, essa forma só seria alcançada diante de uma sociedade socialista, onde todos alcançarão seus plenos direitos (PEDRO, MELLO, OLIVEIRA; 2015; CISNE, 2018).

A exploração das mulheres no mercado de trabalho acontece de forma que elas se mantêm naqueles empregos que são uma extensão das tarefas que já realizam em seus domicílios, conseqüentemente mantém um ciclo vicioso. As mulheres além de serem responsáveis pelos seus lares, ocupam ainda os cargos subsidiários reforçando a dependência familiar (CASTAÑO, 1999).

As condições do trabalho, no início do século XIX, eram duras, portanto houve a necessidade de instituir as primeiras legislações de proteção às crianças e mulheres de condições precárias. Essas condições acabaram afastando as mulheres das corporações de ofício e os homens, diante disso, exigiam salários compatíveis para garantir o sustento de toda a família, refletindo preconceito e desigualdade de direitos (TEIXEIRA, 2017).

Nos dias de hoje, o trabalho industrial proporciona as pré-condições para a libertação feminina, promovendo um grande fluxo de mulheres na economia nas últimas décadas, porém, nota-se que as mulheres tem menos incentivo para investir na educação formal orientada para o mercado e isso reduz suas garantias salariais (MITCHELL, 2006; CASTAÑO, 1999; ANDRADE, 2015).

Em momentos de expansão capitalista, há uma prosperidade para atividades do mercado de trabalho e ocorre retração da força de trabalho voltadas às atividades consideradas não capitalistas. Apesar disso, as atividades não capitalistas não são totalmente eliminadas, as

mulheres passam a ter sua força de trabalho ainda mais explorada porque são atividades extremamente importantes para garantir a reserva das necessidades imprescindível, assim, a exploração capitalista segue seu funcionamento (PEDRO, MELLO, OLIVEIRA; 2015).

A medida que a recessão se torna mais intensa, as empresas tendem a reduzir seus custos contratando trabalhadores baratos, como as mulheres. A pesquisadora Nadya A. Guimarães (2001) argumenta que, no momento de retração da economia, há uma tendência dos homens ocuparem os cargos considerados tradicionalmente femininos, enquanto as mulheres são demitidas. Sendo assim, as mulheres são vistas como uma reserva flexível de trabalho enquanto os homens são empregados mais estáveis (PEDRO, MELLO, OLIVEIRA; 2015; CASTAÑO, 2017).

Há profissões consideradas socialmente femininas, como recepcionista, enfermeira, secretária, nesse caso os empresários pagam menos, as mulheres não são vistas como substitutas perfeitas dos homens, que geralmente exercem profissões como médicos, advogados, eletricitas. As mulheres são consideradas menos produtivas e menos estáveis para tais profissões e então, socialmente são menos valorizadas, além disso não tinham espaço nos sindicatos para reivindicar seus direitos (CASTAÑO, 1999; TEIXEIRA, 2017).

“As mulheres são vistas como trabalhadoras de segundo nível porque voltam ao trabalho do lar quando não são demandadas nos trabalhos na esfera de mercado, revelando a dominação masculina baseada nas relações de classe” (BOHN, CATELA, 2017).

O trabalho desvalorizado das mulheres, obriga a mão-de-obra desfavorecida a precisar completar seu salário, já baixo da exploração, recorrendo ao trabalho doméstico remunerado, além do seu trabalho no mercado, trabalho este que requer muito mais esforço do que o ócio. As atividades domésticas das mulheres em casa podem afetar negativamente sua carreira profissional, quando casada, a mulher se esforçaria menos ao trabalho do mercado devido ao encargo do trabalho doméstico, comparado ao de um homem casado (CASTAÑO, 1999).

O trabalho doméstico do próprio lar realizado pelas mulheres produz valor de uso<sup>6</sup>, porém não produz mais-valia<sup>7</sup>, é um trabalho necessário, mas improdutivo por ser desempenhado gratuitamente. Como o trabalho do mercado depende diretamente do trabalho

---

<sup>6</sup> Atividade a qual possui utilidade, nesse caso se refere a uma condição necessária humana, visto que os afazeres domésticos interferem na vida social e econômica da sociedade (BOTTOMORE, 1988).

<sup>7</sup> Excedente em forma de lucro que é apropriado pelo capitalista, segundo o dicionário marxista (BOTTOMORE, 1988).

doméstico desempenhado pelas mulheres, elas são responsáveis pela produção de mais-valia do trabalhador capitalista (PEDRO, MELLO, OLIVEIRA; 2015; CISNE, 2018).

A análise marxista se concentra fundamentalmente na análise da natureza do trabalho e a relação com o capital. A visão de mundo estuda a lógica do capital com foco no efeito das crises econômicas e mudanças estruturais no emprego (CASTAÑO; IGLESIAS; MAÑAS; SÁNCHEZ-HERRERO, 1999).

A teoria marxista contribui para compreender a natureza do capitalismo, sua lógica de desenvolvimento e as condições de produção ao longo do tempo conforme o aumento da produtividade. Compreende que os homens são ainda aqueles que concentram maior poder econômico do que as mulheres, pois estas ainda são as principais responsáveis pela família e pelo cuidado dos filhos (MORAES, 2000).

Em período de crises no sistema capitalista, o Estado busca a implementação de política “anticíclicas”, esse efeito gera precarização dos setores produtivos. As políticas implementadas afetam o mercado de trabalho colocando mulheres em funções menos favorecidas e de menor remuneração (CISNE; GURGEL, 2008).

Nessa condição, o entendimento crítico marxista, possibilita reconhecer a posição da mulher no capitalismo enquanto participante da classe trabalhadora no seu processo de emancipação social e econômico.

**Tabela 3 - Síntese do Paradigma Marxista**

Valores	Técnicas	Metodologias
Concepções por se basear na teoria do valor-trabalho.	A instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes.	Método histórico e materialista, identifica o patriarcado como a estrutural social essencial para compreender a condição social das mulheres

## 5. O PARADIGMA DA ECONOMIA FEMINISTA E O TRABALHO “INVISÍVEL”

O atual capítulo, apresenta uma nova proposta explicativa para as desigualdade sociais entre os sexos. Diante das relações econômicas e sociais ao longo do tempo, sobretudo na dimensão do trabalho, a economia feminista traz uma nova reflexão vista a necessidade de ampliar o escopo de alguns conceitos tradicionais da economia.

### 5.1 A invisibilidade das mulheres na construção do pensamento econômico

O paradigma da economia feminista surge na década de 1990, com a conferência anual da *American Economic Association* que pela primeira vez, incluiu um painel específico sobre gênero e economia. Este é um dos mais recentes programas de pesquisa da ciência econômica. Se destaca a autora Julie Nelson, com a coletânea *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics* (FERNANDEZ, 2018).

A economia feminista, originalmente, se desenvolve a partir de diferentes escolas de pensamento econômico, repensando conceitos e desenvolvendo novas perspectivas de ver o mundo social e econômico. Sua metodologia consiste em apontar sobre as deficiências do conhecimento científico, formado por valorações androcêntricas e sexistas por meio de estudos históricos, entrevistas e abordagens qualitativas (FERNANDEZ, 2018).

O paradigma da economia feminista faz parte da corrente de pensamento heterodoxa da ciência econômica, tem como ponto de partida a crítica acerca da definição da economia focada no *homo economicus*, conceito que determina o agente econômico dotado de preferências racionais e maximizador da utilidade esperada, oriundo da corrente de pensamento da economia tradicional de teorias *mainstream* (FERNANDEZ, 2018).

O *homo economicus* é um conceito importante para a ciência econômica, sobretudo na tradição neoclássica, porém sob à luz da economia feminista, este homem econômico é visto como um amante do capital e do lucro, visto como uma figura individualista e egoísta (GRECCO, 2018).

A economia clássica, a partir de Adam Smith, autor do livro “A Riqueza das Nações” (1776), permitiu evidenciar que o trabalho das mulheres, em suas residências destinada ao cuidado da família, era indispensável para a riqueza de uma nação porque o trabalho das mulheres com os afazeres domésticos (como por exemplo preparação de alimentos, manutenção e lavagem de roupas, entre outros), possibilitou o aumento da produtividade dos trabalhadores homens (CARRASCO, 1999; LEITE, 2016; TEIXEIRA, 2008).

A definição de “economia” vem associada à gestão para garantir provisões para a comunidade e o *homo economicus*. Essas provisões na economia tradicional só podem existir porque as necessidades básicas individuais e sociais, físicas e emocionais do *homo economicus* são cobertas pelo trabalho não remunerado das mulheres. Às mulheres eram atribuídas as responsabilidades de prover as necessidades dos membros de sua família e a manutenção do lar (CARRASCO, 1999; GRECCO, 2018; LEITE, 2016; TEIXEIRA, 2008).

A economia feminista coloca luz às questões da economia doméstica como crítica à não-incorporação da experiência das mulheres pela economia geral. Para um retrato completo da economia, não se pode ignorar o tempo gasto em atividades de reprodução (trabalho doméstico e de cuidados a família), sejam elas consideradas como parte integrante da economia sem as quais o mercado de trabalho não poderia funcionar (FARAH, 2004; MARIANO, 2015).

Segundo Nelson (1995), este paradigma “não se trata de uma economia "feminina" em que os preconceitos masculinos são substituídos por femininos, nem uma economia "feminina" em que a economia sobre as mulheres é feita de forma diferente da economia por homens” (NELSON, 1995, p. 132, tradução nossa). As teorias feministas se propõe a tratar tanto das mulheres para otimizar a realidade das mulheres dentro da estrutura capitalista, mas sem deixar de lado os homens na estrutura capitalista (ANTONETTE, ROHENKOHL, 2020).

Nelson (1995) se utiliza da premissa *economics, like any science, is socially constructed*, logo, a teoria neoclássica representando o indivíduo como *homo economics* invisibiliza as relações sociais e isto trata-se de uma percepção subjetiva (ANTONETTE, ROHENKOHL, 2020).

A dissimilaridade encontrada na economia feminista é a característica do termo “gênero”, atribuído às diferenças sociais entre homens e mulheres (FERNANDEZ, 2018). O papel da mulher, habitualmente, foi definido na reprodução biológico com ênfase na maternidade e realização de afazeres domésticos. Esse papel feminino se manteve na esfera privada, enquanto o papel masculino era atribuído a esfera pública como responsável econômico da família. Esses são alguns dos objetos que abriu o debate da chamada economia feminista, baseada fundamentalmente nos velhos estereótipos que foram consagrados ao longo do tempo (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007).

## 5.2. A situação das mulheres no mercado de trabalho e doméstico

Durante a era pré-industrial, a economia se concentrava na casa e terras cultiváveis ao redor. Os homens cultivavam solo (frequentemente com ajuda de suas esposas) e as mulheres eram manufactureiras, trabalhavam fazendo tecidos para a confecção de roupas, produziam velas e sabões, entre outros, ou seja, tudo o que era necessário à família e ao lar. As mulheres eram trabalhadoras produtivas da economia doméstica, mas quando a casa converteu-se a ambientes fabris, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais (DAVIS, 2016).

Práticas discriminatórias excluíaam as mulheres da política, lideranças e ofícios masculinos no trabalho assalariado. Uma série de movimentos feministas possibilitou o alcance dos direitos humanos, dando início à emancipação feminina junto a conscientização da desigualdade entre mulheres e homens, tanto de caráter econômico quanto cultural. Os movimentos angariaram forças para garantir as primeiras medidas para equidade de gênero e um poder moral feminino (GRECCO, 2018; TEIXEIRA, 2008).

Com o processo de globalização se intensificando e evidenciando a maximização de lucros, acelerando uma competição atrelada a produtividade, este contexto levou a uma agressividade para reduzir custos operacionais, como por exemplo a flexibilização do trabalho. Este processo acarretou em uma feminização das indústrias intensivas em mão de obra, nesse sentido, a questão de gênero se torna pertinente, principalmente para esta estrutura economia que havia se formado (ANTONETTE, ROHENKOHL, 2020).

Ao passar dos anos e a incorporação massiva das mulheres no trabalho assalariado, as diferenças salariais passam a ser mais perceptíveis, mesmo em ocupações similares. Nos dias atuais há situações que a mulher é a única provedora de renda, isso faz com que se intensifique ainda mais as diferenças dos rendimentos delas, em comparação aos dos homens (COSTA; PINHEIRO; MEDEIROS; QUEIROZ, 2005; FERNANDEZ, 2018).

A ciência econômica omitiu as mulheres dos modelos econômicos tradicionais, invisibilizou os trabalhos que realizam historicamente e suas contribuições para o bem-estar social. As mulheres estão naturalmente predispostas a exercer funções de mãe, esposa e dona de casa e no papel moderno de independência e trabalho no mundo social, corroborado pelo *homo economicus* (racional) (GRECCO, 2018; LEITE, 2016; MARÇAL, 2017).

A economia tradicional distancia-se das subjetividades de quem a faz, reproduzindo as desigualdades entre os gêneros, portanto a economia feminista busca ser mais objetiva sem distinguir o “público/privado, mercado/família, homem/mulher, razão/emoção, mente/corpo,

história/natureza, objetividade/subjetividade”, como o *homo economicus* tem sido fundamentado até então (GRECCO, 2018, p. 126).

O trabalho doméstico não-remunerado, não é mais ou menos difícil de medir do é trimestralmente o PIB. Apenas não havia esforços para tal. Há décadas o movimento feminista busca expor a falta de visibilidade à sobrecarga de trabalho feminina dos afazeres domésticos e cuidado de pessoas que as estatísticas ocultavam<sup>8</sup>. O *homo economicus* proposto pela economia neoclássica não tem contexto, apenas brota como um “fungo”<sup>9</sup> ocultando a real economia baseada em pessoas (CARRASCO, 1998; MARÇAL, 2017; SUCUPIRA, FREITAS, 2014).

Os seres humanos simplesmente não brotam da terra. Os seres humanos nascem de mulheres, são nutridos e tratados como filhos dependentes e, quando envelhecidos ou doentes, socializados em grupos familiares e comunitários, e são perpetuamente dependentes de nutrição e de um lar para sustentar a vida. Esses aspectos da vida humana, cuja negligência muitas vezes é justificada pelo argumento de que eles não são importantes, ou intelectualmente desinteressantes, ou meramente naturais, são, não apenas por coincidência, as áreas da vida pensadas como "**trabalho de mulher**" (NELSON, 1995, p. 136, grifo e tradução nossa).

O uso do tempo pelo capitalismo considera que, o tempo de trabalho produtivo é sinônimo de dinheiro e todas as demais atividades de tempo social não é valorada. Dessa forma, as atividades de afazeres domésticos e de cuidado foram omitidas e considerada como um trabalho “invisível” feita em “nome da natureza, do amor e do dever maternal” (SUCUPIRA, FREITAS, 2014, p. 110).

Segundo a cartilha elaborada pela Sempre Viva Organização Feminista - SOF (2014), as atividades de reprodução das mulheres, sejam objetivas (biológicas) ou subjetivas (afetivas) são fundamentais, pois garantem a saúde física e mental, a qualidade de vida, segurança e desenvolvimento dos indivíduos. Os trabalhadores ao voltarem para casa precisam de roupa limpa, higiene, conforto, alimentação, afeto, sem isso não conseguiriam retornar ao trabalho dia após dia (SOF, 2014).

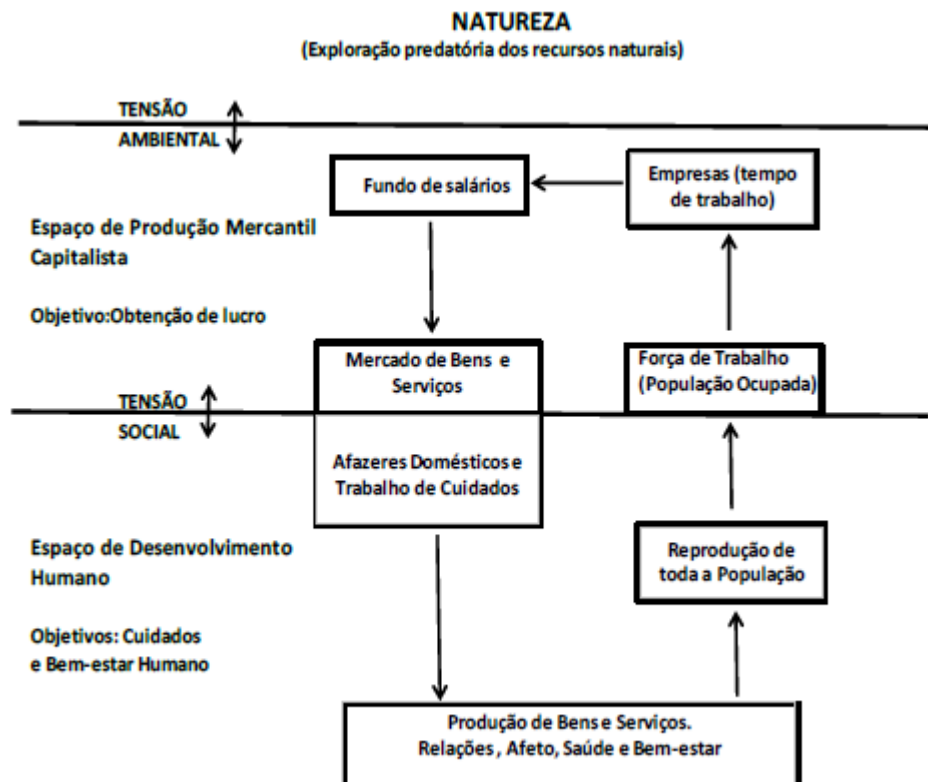
---

<sup>8</sup> Os primeiros indícios de dados nacionais relacionados a afazeres no Brasil iniciou-se em 1992, quando o IBGE inclui na PNAD um tópico que indagava a respeito da realização de afazeres domésticos (BARBOSA, 2018).

<sup>9</sup> Esta “comparação”, utilizada por Nelson (1993) e outras autoras feministas, se baseia na sugestão de Thomas Hobbes de considerar os homens como fungos surgidos da terra, que de repente chegam à maturidade sem nenhum tipo de inter-relações entre eles (CARRASCO, 1998).



**Figura 3 - Ciclo ampliado da reprodução social**



Fonte: Fernandez (2020), p. 2.

A figura 3 representa o que a economia feminista reivindica como pontos fundamentais e cruciais do arcabouço teórico da economia feminista. A figura enfatiza as questões econômicas visíveis da economia tradicional integrada a economia “invisível”, demonstrando as conexões que as integram (FERNANDEZ, 2020).

O trabalho doméstico é fundamental para a manutenção e preservação das necessidades dos homens no trabalho remunerado. Em crítica ao capitalismo, a economia feminista aponta que as necessidades humanas não se resumem apenas a bens e serviços, mas também a afetos e relações. A mulher é comparada como o “segundo sexo” que faz tudo o que o homem não faz – como cuidar do lar, criar filhos, cozinhar –, mas depende disso para fazer o que faz e é isso o que conta na economia (TEIXEIRA, 2014; MARÇAL, 2017).

As mulheres atuam mais que os homens no trabalho doméstico, segundo Teixeira (2014),

A sobrecarga de trabalho doméstico realizado pelas mulheres na esfera privada tem conduzido parte das pesquisas a interpretar a segregação e as diferenças salariais como fenômenos associados ao próprio dinamismo do mercado de trabalho ou resultado das escolhas individuais. O que esses autores não reconhecem é que a produção para o mercado somente se realiza por meio da sustentação de uma estrutura que é vital para a própria reprodução da força de trabalho, o trabalho

realizado no interior das famílias, e são essas duas dimensões integradas que compõem e dão sustentação ao sistema capitalista (TEIXEIRA, 2019, p. 144).

O trabalho doméstico não remunerado com associação da mulher enquanto mãe e esposa, limita suas decisões individuais e estrutura a própria identidade feminina. Em qualquer faixa etária, incluindo jovens, vivem a reestruturações sociais, mas em especial às mulheres de gerações mais antigas que não tiveram oportunidades de assumir outros papéis sociais (BONETTI, ABREU, 2011).

Dados indicam que as mulheres são as que mais contribuem com as tarefas de reprodução, logo possui dificuldades para enfrentar o mercado de trabalho de igual para igual em relação aos homens, pois suportam uma carga horária total de trabalho maior, tornando evidente que as mulheres não possuem acesso e oportunidade tal qual o mundo do homem econômico. Enquanto as mulheres ficam praticamente confinadas às responsabilidades domésticas, os homens são livres para o mundo público (MARÇAL, 2017; SUCUPIRA, FREITAS, 2014; TEIXEIRA, 2017).

A cegueira analítica da falta de reconhecimento e viés androcêntrico decorrente do trabalho “invisível”, afeta as relações sociais em diversos níveis, desce o privado (lar) ao público (mercado) e agrava as desigualdades de tratamento entre gêneros (MADALOZZO, 2010).

Esta convenção, coloca o homem e a masculinidade como provimento de renda e a mulher e a feminilidade em tarefas relacionadas ao cuidado do lar e reprodução social, diminuindo seu custo de oportunidade no mercado de trabalho. A divisão sexual do trabalho coloca a produção para os homens e a reprodução para as mulheres (PINHEIRO; GALIZA; FONTOURA, 2011; SOF, 2014).

A segregação ocupacional de gênero pode se dar de duas maneiras: horizontal, quando homens e mulheres trabalham em ocupações diferentes e vertical, quando homens trabalham em posições de topo da carreira e as mulheres na base. Este conceito é usado para explicar as diferenças de salários. A concentração de mulheres nos cargos mais baixos tem relação com o dualismo e segmentação do mercado de trabalho, as mulheres são preferências quando se trata de ocupações destinadas ao cuidado, como enfermeira, devido a dedicação ao lar. Estudos mostram que, mesmo com o aumento da participação feminina, a segregação e as desigualdades não diminuem porque a presença feminina é reforçada em setores tradicionalmente femininos (CASTAÑO, 1999).

Autores institucionalistas pós-keynesianos apontam que, existem dois tipos de mercado, o mercado primário e o mercado secundário. O mercado primário é o emprego

estável e bem remunerado com possibilidade de ascensão profissional, esse mercado possui duas subdivisões: um mercado primário superior que abrange gerências, técnicos de alto nível e o outro é o nível primário mais baixo, bem remunerados mas com baixa rotatividade de ascensão profissional. O mercado secundário é aquele de emprego instáveis, mal pagos e com pouca ou nenhuma ascensão profissional. Autores da economia feminista com isso concluem que, a principal diferença entre eles implica na força de trabalho qualificada e as mulheres tendem a ser excluídas do mercado primário e concentradas no mercado secundário (CASTAÑO, 1999).

Segundo Burchell, Hardy, Rubery (2014 apud TEIXEIRA, 2014, p. 130), a segregação gera desigualdades em quatro aspectos:

(i) Restringe as escolhas de emprego e reforça os estereótipos de gênero e, mesmo quando as mulheres entram em novas áreas profissionais, a segregação emerge; (ii) pode limitar o acesso a empregos de maior hierarquia, em que a presença dos homens se dá nos empregos mais elevados e melhor remunerados ou de forma horizontal com diferentes tipos de empregos, mas equivalentes; (iii) resultado de uma escassez de empregos em que é possível compatibilizar as responsabilidades entre trabalho e família ou que ofereça maiores oportunidades de retorno depois de um período de afastamento; e, (iv) facilita a desvalorização do trabalho, das habilidades e das competências associadas às mulheres (BURCHELL; HARDY; RUBERY, 2014 apud TEIXEIRA, 2014, p. 130).

O paradigma da economia feminista enfatiza a existência de discriminação salarial, mesmo para o mesmo tipo de trabalho. A discriminação salarial não ocorre por falta de habilidade e qualificações das mulheres em relação aos homens, esta ocorre por discriminação dos empregadores que preferem as contratações mais baratas (mulheres) (FERNANDEZ, 2018; TEIXEIRA, 2014).

Os dados empíricos demonstrados no capítulo 1, demonstra a não existência de relações empíricas que demonstram relações diretas entre educação e remuneração, além disso o indivíduo não escolhe investir em capital humano pois existem barreiras à entrada em relação ao gênero. Algumas áreas do mercado de trabalho são discriminatórias e reduzem o acesso de mulheres alegando a indisponibilidade de vida útil dedicado a empresa, alguns casos apontando a questão da maternidade, introduzindo rigidez que desprivilegia as mulheres.

Nelson (1995), aponta que:

Programas para melhorar a nutrição infantil ou pré-escola e educação primária, por exemplo, são geralmente vistos como programas "sociais", apenas como cobertura do bolo fiscal, e não como programas econômicos, projetados para promover o investimento em capital humano (NELSON, 1995, p. 143, tradução nossa).

A economia feminista engloba uma temática que integra diferentes abordagens e diferentes níveis de ruptura com outros paradigmas estabelecidos. Como qualquer outro paradigma, aborda críticas e reconstruções teóricas regado de dúvidas e teste para moldar o conhecimento (CARRASCO, 2006).

O paradigma em questão expõe não apenas os preconceitos e diferenças discriminatórias da sociedade – seja de gênero, sociais ou econômicos, mas sugere uma nova percepção de enxergar o mundo científico. A economia feminista é adequada para o problema proposto, pois ela revela as relações desiguais, redefinindo conceitos da economia tradicional (FERNANDEZ, 2008).

A economia feminista defende a inclusão do trabalho não remunerado como parte da economia geral, e enfatiza a economia como processo social interdependente, iluminando como a sociedade produz e como está organizada, não com o olhar apenas da maximização da utilidade total líquida. Este paradigma propõe recuperar o entendimento de como a economia foi originariamente desenvolvida no âmbito social e histórico (FERNANDEZ, 2008).

A produção nacional, baseada apenas em bens e serviços que possuem valores monetários trocados formalmente no mercado, exclui autores significativos da economia geral – as mulheres, deixando de fora o trabalho doméstico que é em sua maioria, desempenhado por elas (FERNANDEZ, 2008).

#### A economia tradicional

[...] restringe a esfera econômica apenas àquele tipo de ação que reflete preferências fixas e a maximização de suas respectivas utilidades, que devem ser independentes daquelas do grupo. Essa simplificação deixa de fora toda sorte de comportamento não egoísta e auto interessado, tornando invisíveis todas as interações norteadas predominantemente pela cooperação, pela solidariedade ou pelo vínculo a algum valor ético (FERNANDEZ, 2008, p. 372).

Uma crítica a tradição marxista tradicional é que esta coloca o trabalho desempenhado pelas mulheres na esfera doméstica como geradora de valor de uso, mas se trata do mesmo trabalho realizado em empresas (MIGUEL, 2017).

Se uma mulher faz um pão para ser consumido por sua família, o mesmo pão, se não for aproveitado em casa, pode ser vendido no mercado. E se ela não o fizer, um pão idêntico será comprado do padeiro. Ou, então: o cuidado de uma criança numa creche é um serviço remunerável, mas quando a mesma criança é cuidada em casa pela mãe, pela avó ou por uma irmã mais velha, não se julga que haja um trabalho não pago envolvido (MIGUEL, 2017, p. 1229).

Delphy (2013, apud Miguel 2017) referente as mulheres no ambiente doméstico, em crítica a teoria marxista, argumenta que a exploração a qual Marx salienta sobre capitalistas e trabalhos ocorre de maneira distinta a exploração feminina do trabalho doméstico. Enquanto que o trabalho assalariado tem a oportunidade de aumentar sua renda por meio de qualificação profissional, a mulher no âmbito doméstico recebe de acordo com a generosidade de seu marido, sem relação com as tarefas desempenhadas.

A abordagem marxista é pouco sensível a questão do gênero e se concentra na abordagem da luta de classes. O estudo do gênero faz com que as reivindicações femininas se tornem mais ativas (MIGUEL, 2017). Além disso, a caracterização do trabalho doméstico improdutivo resultou em críticas à Marx pelas feministas contemporâneas.

A análise marxista clássica, trata as mulheres e sua relação com o sistema econômico, embora que o paradigma marxista reconheça a existência de dupla jornada das mulheres nos lares, o cerne do paradigma não associa a subordinação que ocorre no interior das suas residências. “[...] A tarefa das mulheres seria a de se unir aos homens, lutar contra o capital e a propriedade privada, principais causas da opressão particular das mulheres” (TEIXEIRA, 2017, p. 106).

Estudiosas da economia feministas argumentam que é importante ferramentas que estudem e ensinem a real atividade econômica, pois tornaria a economia uma disciplina mais inclusiva e produtiva tanto para mulheres quanto para homens. A capacidade crítica e analítica é tão importante quanto somente julgamentos baseados em métodos estatísticos e testes de significância (NELSON, 1995).

Programas de desenvolvimento como moradia, saúde, educação, entre outros, pouco alteram as desigualdades de gênero equivalente a divisão sexual do trabalho, decisão livre de maternidade ou alívio das cargas domésticas. O sistema econômico precisa reduzir os custos da mulher do processo de reprodução social, sobretudo uma produção doméstica assumida pela família (PEREIRA, RAMBLA, 2010).

Uma das principais contribuições da economia feminista à ciência é expor a igualdade de gênero dentro da estrutura econômica baseada em homens e mulheres livres para desenvolver suas capacidades e tomar suas decisões como meio de alcançar a igualdade de gênero, a fim de corrigir as desigualdades (PEREIRA, RAMBLA, 2010).

A economia feminista é uma ciência plural que critica a pouca importância dada a questão de gênero nas análises econômicas, ainda que a vertente respeite e reconheça a contribuição das análises neoclássicas e marxistas, o paradigma da economia feminista vai

além. A questão de gênero requer uma abordagem multidisciplinar, além das contribuições econômicas, que também reflita sobre a história, estatística e sociologia (CASTAÑO, 1999).

**Tabela 4 – Síntese do Paradigma da Economia Feminista**

Valores	Técnicas	Metodologias
Introdução do gênero como categoria analítica da economia.	Valoração da dupla jornada de trabalho feminina e do trabalho doméstico como parte importante da economia geral.	Sua metodologia consiste em apontar sobre as deficiências do conhecimento científico, formado por valorações androcêntricas e sexistas, repensando conceitos e desenvolvendo novas perspectivas de ver o mundo social e econômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou dados empíricos acerca da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, com fotografia do período de 2016-2019, a fim de contemplar as características do mercado de trabalho, em especial a situação das mulheres sob a ótica de três paradigmas distintos: neoclássico, marxista e da economia feminista. Este capítulo apresentará as conclusões das análises obtidas e por fim, uma sugestão de estudo futuro.

Durante o desenvolvimento do estudo, a obtenção dos dados de uma ampla série histórica foi dificultada devido as falhas estruturais metodológicas, portanto a investigação foi baseada em uma fotografia da realidade. O importante aqui foi reconhecer a importância da mulher enquanto trabalhadora assalariada e dona do lar, suas funções laborais na esfera pública e privada. Ao longo do tempo, as mulheres foram conquistando seus direitos enquanto cidadãs e mesmo que muito se tenha alcançado, parte do seu trabalho ainda permanecia “invisível” nas estatísticas econômicas, destacando uma desvalorização e incompreensão de suas atividades laborais, sobretudo as realizadas em seus domicílios, que não é contabilizada nas contas nacionais.

Partindo do conceito proposto por Thomas Kuhn (2009) em atribuir o termo “paradigma” às estruturas de pensamentos fundamentado em valores, técnicas e metodologias, buscou-se neste estudo relacionar a fotografia dos dados empíricos observados aos princípios fundamentais de diferentes escolas de pensamento adentro das ciências econômicas. O estudo se propõe a operar diante do alcance paradigmático dos três paradigmas (neoclássico, marxista e economia feminista), a fim de explicar as desigualdades do trabalho entre os sexos observadas no Brasil.

No campo da ciência econômica, ciência esta que, desde o princípio adotou conceitos discriminatórios, buscamos aprofundamento focando em principais autores e argumentos dos diferentes paradigmas que melhor se adequassem aos problemas observados. Visões de mundo diferentes e coesas, apontando percepções ocultas por outros, assim como uma disputa paradigmática.

O empirismo do trabalho partiu de uma constatação histórica da trajetória social e política da mulher, seja no ambiente externo como nas eleições, no mercado de trabalho, quanto no ambiente interno, familiar. Com o desenvolvimento econômica, a situação feminina repercutiu em opressão e falta de poder, pois foram incluídas com mais intensidade no mercado de trabalho quando houve uma demanda maior, portanto, eram vistas parte de um nível inferior. Até então a sociedade as consideraram a representação de laço familiar,

assumindo papel de mães e cuidadoras do lar e os homens eram a representação da renda doméstica.

O paradigma neoclássico faz parte da economia ortodoxa, foi a pioneira em estudar o comportamento humano e se aprofundar em uma investigação empírica da realidade. Visto que o mercado se configura diante de oscilações por ser uma ciência escassa, para essa teoria, a desigualdade entre os sexos representava a competição capitalista em busca de maximização, onde os homens tinham vantagens porque as ofertas de emprego eram maiores para eles, por conta da produtividade. Já o nível de salário, no sistema capitalista, é determinado pela intersecção entre as curvas de demanda e oferta, baseado principalmente no nível de capital humano individual, onde os homens também possuíam vantagens, pois não são afetados pela maternidade.

A teoria econômica predomina a racionalidade, que define o comportamento humano por meio de escolhas e a maximização de seus interesses. Isso fez com que as mulheres, historicamente, fossem afastadas do mercado, pois desempenhavam funções domésticas não remuneradas na maior parte do tempo e porque eram menos produtivas.

Além disso, o paradigma neoclássico não reconhece as relações de poder entre homens e mulheres no interior de suas residências e nas relações sociais públicas do mercado de trabalho. As relações são baseadas simplesmente em escolhas maximizadoras.

O paradigma marxista, por outro lado, tem como cerne o reconhecimento da atividade humana do mercado objetivada em valor de uso no sistema capitalista. A divisão sexual do trabalho coloca a mulher como “estoque de reserva”, negando-as direitos de equidade em relação aos homens.

O marxismo destaca como grande empecilho estrutural de emancipação feminina e igualdade de direitos o capitalismo. As mulheres, enquanto estoque de trabalho reserva por ser inseridas em trabalhos instáveis, são colocadas em posições de inferioridade, assumindo postos de trabalho que são extensões do que já fazem em seus domicílios.

A opressão feminina é relacionada a luta entre as classes sociais, pois o pertencimento de classe afeta a individualidade feminina diante de suas expectativas individuais e sua relação com a esfera pública. A teoria marxista permite o reconhecimento da mulher dentro da percepção de exploração capitalista, mas ainda é pouco a questão de gênero, sobretudo ao trabalho doméstico, onde a abordagem vai além das classes sociais.

Os resultados mostram que, nesse sentido, a construção de um paradigma voltado a explicar a desigualdade dos direitos entre homens e mulheres no mercado de trabalho, tem se demonstrado eficaz para atribuir valor ao que antes era “invisível” diante dos dados



estatísticos. Devido a discriminação, desigualdade, hierarquização e viés androcêntrico da economia até então, a economia feminista proporciona um novo olhar, contra a cegueira analítica anterior, que já se conhece por muitos anos, pois as mulheres historicamente sempre estiveram ativas nas relações econômicas.

A economia feminista surge da crítica de diferentes escolas de pensamentos econômico, repensando os conceitos e desenvolvendo novas perspectivas de ver a realidade diante da problemática que discrimina as mulheres, tanto na esfera pública quanto a privada.

No processo de formação da economia feminista, na constituição enquanto teoria, foi pluralista, sofrendo influências de diversas fontes para sua formação enquanto ciência. Fruto de teorias pré-existentes, sendo de viés neoclássico, marxista, entre outros, a medida que o paradigma se constitui, passa a ter um olhar próprio e diferente. A proposta constituiu em entender o paradigma da economia feminista, sob o olhar de Thomas Kuhn, levando pontos que a economia feminista enxerga como importantes e fundamentais.

A economia feminista ao decorrer do trabalho, foi a teoria que incorporou a questão de gênero na sua análise, em busca de melhorar a eficiência da economia e ampliar o foco de estudo da vida econômica, a teoria dá visibilidade ao trabalho doméstico mostrando o quão importante e significativo é na vida econômica, desde a infância à vida adulta.

A interpretação de cada uma das teorias como paradigmas, proposta kuhniana, é importante frisar que devido a existência da cegueira paradigmática, o presente estudo propõe um exercício teórico metodológico. Segundo Kuhn, os paradigmas não conversam uns com os outros, porque não conseguem enxergar as visões de mundo alheias, só percebem através das lentes do que o paradigma diz que é, como um elemento psicológico *gestalt*, compreende o que a comunidade científica ensina.

Reconhecendo a inexistência de diálogo entre os paradigmas no mundo acadêmico, sobretudo devido a “rivalidades” teóricas, a proposta aqui foi de uma tentativa de colocar os três paradigmas lado a lado para demonstrar as suas fraquezas e seus acertos.

Foi percebido que através da fotografia dos dados apresentados, a inserção feminina no mercado de trabalho aumentou, mas ainda são a maioria entre as desempregadas. As diferenças salariais de homens e mulheres possui uma assimetria significativa, ainda há espaço para mudanças estruturais e ocupacionais na sociedade.

A economia feminista, diante disso, explica ser fundamental garantir a liberdade individual para as mulheres desenvolverem-se socialmente, sem o fardo dos afazeres domésticos e de cuidado, pressionado pela sociedade historicamente. Portanto o estudo visa contribuir para tornar esse discurso mais presente e que se espalhe por gerações, com o

propósito de expandir a ideia de que as atividades do lar é trabalho e tem peso significativo dentro da economia geral.

Conclui-se que a economia ainda deve buscar em sua estrutura produtiva articulações para uma melhora nas relações do mercado de trabalho e nas relações socioeconômicas. Nota-se não haver relação direta do nível de instrução entre homens e mulheres e o seu rendimento por hora, visto que as mulheres ultrapassam em número de horas trabalhadas, caracterizado pela dupla jornada do trabalho doméstico que é invisibilizada e discriminada. As mudanças na estrutura ocupacional é fundamental para mudar essa realidade, não só brasileira.

Sabemos hoje que, ao longo de muitos anos, reivindicar políticas públicas para melhorar as condições de vida das mulheres é uma das principais exigências do movimento feminino. Portanto, a crítica e o confronto teórico aqui destacado busca também propor um pensar as relações políticas e econômicas sociais. Cabe destacar também, uma sugestão como estudo futuro, trazer medidas políticas já implementadas no Brasil, impulsionada pelo movimento feminista, em busca de uma mudança na estrutura social e econômica.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1981.

ALVES, Marcos Antônio. Reflexões acerca da natureza da ciência: comparações entre Kuhn, Popper e Empirismo Lógico. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, Marília, v. 5, n. 10, p.193-211, dez. 2013. Acesso em: <<https://www2.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4541>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ANDRADE, J. E. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Rev. Bras. Ciênc. Polít**, Brasília, n. 18, p. 265-300, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000400265&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400265&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ANTONETTE, A. K.; ROHENKOHL, J. E. Origens e influências da economia feminista: uma análise bibliométrica e de conteúdo. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-28, jan./jul., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71527/43883>>. Acesso em 10 dez. 2020.

ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. **Estud. av.**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 133-164, dez 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141993000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 out. 2020.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, **Texto para discussão**, n. 2416, set. 2018. p. 70. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34306](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34306)>. Acesso em: 13 out. 2020.

BARTELMERBS, Roberta Chiesa. Resenhando as Estruturas das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 351-358, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/epec/v14n3/1983-2117-epec-14-03-00351.pdf>> Acesso em: 1 mai. 2020.

BENERIA, Lourdes. Introducción: la mujer y el género en la economía: un panorama general. In: VILLOTA, P. (Ed.). **Economía y género: macroeconomía, política fiscal y liberalización**. Análisis de su impacto sobre las mujeres, Barcelona: Icaria Editorial, 2003. Disponível em: <<http://genero.bvsalud.org/lildbi/docsonline/get.php?id=921>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

BÊRNI, D. A.; FERNANDEZ, B. **Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais**. São Paulo: ed. Saraiva, 2012. 418 p.

BHATTACHARYA, T. Marissa Mayer, The Family And Capitalism. **Socialist Worker**, 14 mar. 2013. Disponível em: <<https://socialistworker.org/2013/>>

03/14/marissa-mayer-and-the-family>. Disponível em: 25 out 2020.

BIRD, Alexander. The philosophy of history of science of Thomas Kuhn. **discus. filos, Manizales**. v. 13, n. 21, p. 167-185, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-61272012000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-61272012000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31 out. 2020.

BOEIRA, Sérgio Luís; KOSLOWSKI, Adilson Alciomar. Paradigma e disciplina nas perspectivas de Kuhn e Morin. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p90>>. Acesso em: 14 out 2020.

BOHN, L. **Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista**. 2017. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180535/348878.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BOHN, L.; CATELA, E. Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica da área entre 1990 e 2015. In: Encontro Nacional de Economia Da Região Sul, Porto Alegre: ANPEC/Sul. **Anais[...]** v. 20, 2017. Disponível em: <[https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files\\_I/i1-575c863d4bcb6e6b67e5fc8434c1f042.pdf](https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i1-575c863d4bcb6e6b67e5fc8434c1f042.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2020.

BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. 160 p. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3092/1/Livro\\_Faces%20da%20desigualdade%20de%20g%C3%AAnero%20e%20ra%C3%A7a%20no%20Brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3092/1/Livro_Faces%20da%20desigualdade%20de%20g%C3%AAnero%20e%20ra%C3%A7a%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2020.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. São Paulo: Ed. Zahar, 1988. 696 p.

CAMPOS, S. H. A questão dos determinantes dos salários nas teorias clássica, marxista e neoclássica. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 131-157, 1991. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1404/1768>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

CHADAREVIAN, Pedro C. Elementos para uma crítica da teoria neoclássica da discriminação. **Rev. da Soc. Brasileira de Eco. Política**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 104-132, 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Pedro\\_Caldas2/publication/266098684\\_Elementos\\_para\\_uma\\_critica\\_da\\_teor%C3%ADa\\_neocl%C3%A1ssica\\_da\\_discriminacao/links/56e5f64908aedb4cc8ae921b/Elementos-para-uma-critica-da-teoria-neocl%C3%A1ssica-da-discriminacao.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Pedro_Caldas2/publication/266098684_Elementos_para_uma_critica_da_teor%C3%ADa_neocl%C3%A1ssica_da_discriminacao/links/56e5f64908aedb4cc8ae921b/Elementos-para-uma-critica-da-teoria-neocl%C3%A1ssica-da-discriminacao.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2020.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: ed. Brasiliense, 1994. 222 p.

CHAVES, André Luiz Leite. Determinação dos rendimentos na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma verificação empírica da Teoria do Capital Humano. **Ensaio FEE**, Porto

Alegre, v. 23, p. 399-420, 2002. Disponível em:  
<<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2014/2395>>. Acesso em: 14 mai 2020.

CHOLFE, J. F. **As implicações filosóficas da teoria da Gestalt**. 2009. 195 f. Dissertação (Pós-Graduação em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4844>>. Acesso em 13 out. 2020.

CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. **Estudios sobre Género y Economía**, Madrid, v. 15, p. 29, 2006. Disponível em:  
<<http://obela.org/system/files/CarrascoC.pdf>>. Acesso em: 08 de jun. 2020.

CARRASCO, C. **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Ed. Içaria Antrazyt, 1998. 438 p.

CASTAÑO, C. Economía y género. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 32, 23-42, 1999. Disponível em:  
<<https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/download/POSO9999330023A/24660>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

CASTAÑO, C.; IGLESIAS, C; MAÑAS, E; SÁNCHEZ-HERRERO, M. La situación de las mujeres españolas en el mercado de trabajo y el impacto de las tecnologías de la información. **Consejo Económico y Social**, Madrid, 1999. Disponível em:  
<<https://searchworks.stanford.edu/view/4415012>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, ago. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 mai. 2020

CISNE, M.; GURGEL, T. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69- 96, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2018/11/8.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. In: **4º Colóquio Marx e Engels**, Campinas/SP. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005. Disponível em:  
<<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em 8 nov. 2020.

COELHO, Lina. A invisibilidade das mulheres no discurso económico. Reflexão crítica sobre os conceitos de trabalho, família, bem-estar e poder. **E-cadernos CES [online]**, 14. 2011. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/878>>. Acesso em: 02 out. 2020.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. A face feminina da pobreza: Sobre representação e feminização da pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, 1137. Brasília: IPEA, 2005. 51 p. Disponível em:  
<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD\\_1137.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD_1137.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, abr. 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 ago. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: ed. Boitempo, 2016. 248 p.

Em 2016, PIB chega a R\$ 6,3 trilhões e cai 3,3% em volume. **Agência IBGE notícias**. Rio de Janeiro, 09 de nov. de 2018. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20\(PIB,para%20%2D3%2C%25](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB,para%20%2D3%2C%25)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FARAH, M. F. S.; Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 mar. 2020.

FERNANDEZ, B. P. M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. Centro de Economia Política Brazilian, **Revista de Economia Política, Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 38, n. 3 (152), p. 559-583, set. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v38n3/1809-4538-rep-38-03-559.pdf>> Acesso em 11 nov. 2020.

FERNANDEZ, B. P. M. Economia Feminista: um enquadramento teórico-metodológico voltado para a sustentabilidade da vida e a produção social. **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 23, n.1, p.1-6, jan./jul., 2020.

ERNANDEZ, B. P. M. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 359-385, ago. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FREITAS, T. V. **Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina**. São Paulo: ed. Sempreviva Organização Feminista, 2008. p. 27-53. Disponível em:

<<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/07/TRABALHO-DOM%C3%89STICO-E-DE-CUIDADOS-2008.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

FURNO, J. C. **O Trabalho das Mulheres: entre a produção e a reprodução social**. Campinas, p.1-9. 2015. Disponível em:

<[https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Juliane%20Furno%209600.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Juliane%20Furno%209600.pdf)>. Acesso em: 09 mai. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2002. 176 p.

GRECCO, Fabiana Sanches. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 105–134, ago./dez. 2018.

HEMPEL, C. G. **Filosofia da Ciência Natural**. 3 ed. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1966. 168 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Outras formas de trabalho 2016:** Pnad Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2017. 12 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101413\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101413_informativo.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Outras formas de trabalho 2017:** Pnad Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2018. 16 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Outras formas de trabalho 2018:** Pnad Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2019. 16 p. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/05/relatorio-ibge-outras-formas-de-trabalho-2018.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Outras formas de trabalho 2019:** Pnad Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2020. 12 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Educação 2019:** Pnad Continua. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2019, 2020. 16 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 4º trimestre de 2016. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2016. 33 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2016\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2016_4tri.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 4º trimestre de 2017. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2017. 36 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2017\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2017_4tri.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 4º trimestre de 2018. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2018. 39 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2018\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_4tri.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 4º trimestre de 2019. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2019. 39 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2019\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: ed. Perspectiva, 2009. 324 p.

LEITE, E. S. Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 254-281, mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/47769>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. São Paulo: **Caderno 3: As mulheres e o mercado de trabalho**, 2017. 52 p. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2020.

LÊNIN, V.I., **Sobre a Emancipação da Mulher**, São Paulo: ed. Alfa-Ômega. 1980. 141 p.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. Rio de Janeiro: IPEA, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 1, p. 217-272, abr. 1980. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7030>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, ago. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 fev. 2020.

MARÇAL, K. **O lado invisível da economia: uma visão feminista**. São Paulo: ed. Alaúde Editorial, 2017. 215 p.

MARIANO, A. **Mulheres transformando a economia**: cartilha sobre economia solidária e feminista. São Paulo: ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015. 16 p. Disponível em <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito " nas ondas " do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v. 4, n. 1, p. 231-245, jan./abr. 2015. Disponível em <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>>. Acesso em: 31 out. 2020.



MARX, Karl. **O Capital. Vol. 2.** 3 ed., São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia.** São Paulo: ed. Nova Cultural. Volume I. 1982.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Econ. soc.**, Campinas, v.16, n. 3, p. 435-454, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182007000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 jun. 2020.

MENDONÇA, André Luis de Oliveira. O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos. **Sci. Stud.** São Paulo, v. 10, n. 3, p. 535-560, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662012000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662012000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 Mar. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000301219&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000301219&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MILL, S. J. **Princípios de economia política.** São Paulo: ed. Abril Cultural, Volume I e II. 1983.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2, p. 203-232, 2006. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/01/G%C3%AAnero-J-Mitchell.pdf>>. Acesso em 1 mai. 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista Boitempo**, São Paulo, n. 11, p. 89-97, 2000. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie58Dossie%204.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie58Dossie%204.pdf)>. Acesso em 8 nov. 2020.

MONTEIRO, Waleska de Fátima. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 40-56, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/view/41412/21359>>. Acesso em: 13 mai. 2020

MOTTA-ROTH, Dèsirée. A dinâmica de produção de conhecimento: teorias e dados, pesquisador e pesquisados. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 165-177, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-63982003000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982003000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 out. 2020.

NELSON, J. Feminism and Economics. **Journal of Economic Perspectives.** California, v. 9, n. 2, p.131-148, spring 1995. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.9.2.131>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1517-

1538, out. 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000500012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2020.

OSTERMANN, F. A epistemologia de Kuhn. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 184-196, dez. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7045>> Acesso em: 09 nov. 2020.

PAIVA, L. T.; CAMPOS, A. P. S. As mulheres negras e o enfrentamento ao racismo no Brasil: Elementos introdutórios. In: 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. [Anais]. Vitória: ABEPSS, dez. 2018. 16 p. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22329/14834>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PEDRO, J. M.; MELLO, S. C; OLIVEIRA, V. B. F. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. **In: História Unisinos**, [S.l.], v. 9, n. 2, mai/ago. 2005. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6419>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Francesc Xavier. Pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento: breve viagem. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 14, n. 1, p. 47-57, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://200.137.132.252/index.php/rppublica/article/view/351>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 851-859. dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 mar. 2020.

PINHEIRO, L.S.; LIMA, A.T.; FONTOURA, N. O., SILVA, R. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília: IPEA, **Nota técnica**, n. 24, 2016. 28 p. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota\\_n24\\_Mulheres\\_trabalho.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota_n24_Mulheres_trabalho.pdf)>. Acesso em: mai. 2020.

REBÊLO, F. C. Clássicos, marxistas e marginalistas: uma análise econômica-jurídica. **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 106-133, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

RIBEIRO, W. C.; LOBATO, W; LIBERATO, R. C. Paradigma tradicional e paradigma emergente: algumas implicações na educação. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 27-42, abri. 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-21172010000100027&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-21172010000100027&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 set. 2020.

RODRIGUES, C. Dossiê: A quarta onda do feminismo. **Revista Cult [online]**, n. 219, p. 30-47, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.cultloja.com.br/produto/dossie-quarta-onda-do-feminismo-cult-219/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

RUBIN, Beatriz. O papel das conferências mundiais sobre as mulheres frente ao paradigma do empoderamento feminino. **Leopoldianum**, S.l., v. 38, n. 104-6, p. 61-84, mar 2012.

Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/462/423>>. Acesso em: 11 set. 2020.

SALDANHA, Gustavo Silva. Thomas Kuhn na epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 56-78, jul./dez. 2008.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1814/1677>>. Acesso em: 14 out. 2020.

SIDRA - SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Tabela 5436 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo**. Rio de Janeiro, 2016, 2017, 2018, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#notas-tabela>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SOF. SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar**. São Paulo: ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. 32 p. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilhaEconomiaFeminista-web.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2020.

SOARES, V. Não medem a felicidade, mas são importantes no acompanhamento das políticas públicas. **Estatísticas e Indicadores de Gênero**. Brasília: Unifem, 2004. 5 p. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/experiencias\\_mundo/unifem\\_indicadores\\_genero.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/experiencias_mundo/unifem_indicadores_genero.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SUCUPIRA, Fernanda; FREITAS, Taís. **As desigualdades de gênero nos usos do tempo**. São Paulo: ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. p. 105-122. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>>. Acesso em: 31 out 2020.

TADEU, Silney Alves. Mulher e Trabalho na economia social: estereótipos e desigualdades e as teorias sobre as desigualdades entre os gêneros. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 9, n. 2, p. 141-150, 2008. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1913>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TEIXEIRA, M. O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 31-45, 2 sem. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30952/18041>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

TEIXEIRA, M. O. **Formalização do emprego e permanência das desigualdades de gênero**. São Paulo: ed. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014. 18 p. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11198.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

TEIXEIRA, M. O. **Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres**. In: CARRASCO, Cristina. Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012. p. 13-30. Disponível em:

<<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Estatisticas.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

TEIXEIRA, M. O. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. 2017. 228 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330990/1/Teixeira\\_MarilaneOliveira\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330990/1/Teixeira_MarilaneOliveira_D.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2020.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**, São Paulo: ed. Brasiliense. 2 ed. 1993. 166 p.

VIEIRA, J. G. S.; FERNANDEZ, G. R. **A estrutura das revoluções científicas na economia e a Revolução Keynesiana**. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 355-381, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612006000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 14 out. 2019.